



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal khury**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei Complementar**  
**nº 19/2013**

Institui no Estado do Paraná o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte previsto no art. 143 da Constituição do Estado, de conformidade com as normas gerais previstas no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte instituído pela Lei Complementar Federal nº 123, 14 de dezembro de 2006, e suas atualizações, bem como consolida disposições relativas à matéria.

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei regulamenta o tratamento diferenciado e favorecido e o tratamento diferenciado e simplificado a ser dispensado às microempresas – ME e às empresas de pequeno porte – EPP, no âmbito estadual, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, especialmente sobre:

- I - recepção da definição nacional de microempresas e empresas de pequeno porte;
- II - preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III - incentivo à geração de empregos;
- IV - incentivo à formalização de empreendimentos;

V - incentivos à inovação e ao associativismo;

VI - simplificação do processo de abertura e fechamento de empresas.

**Art. 2º** O Estado adotará o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, instituído pela Lei Complementar Federal nº123, de 2006, em relação ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, estabelecidas em seu território, que optarem pelo referido regime.

**Parágrafo único.** Lei específica disciplinará o Simples Nacional no Estado naquilo que for pertinente.

**Art. 3º** Para gerir o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1º. desta Lei, nos seus aspectos não tributários:

I - fica criado o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FPME/PR, órgão colegiado integrado por representantes de instituições públicas e privadas, com as competências definidas nesta Lei e que, sem solução de continuidade, sucederá o Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - FPME/PR, instituído pelo Decreto nº 2.592, de 05 de maio de 2008;

II - fica criado o Subcomitê Estadual do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Subcomitê CGSIM/PR, órgão colegiado integrado por representantes de instituições públicas e privadas, na forma a ser regulamentada por Ato do Poder Executivo.

§ 1º Compete ao FPME/PR as seguintes atribuições, além de outras previstas em seu regulamento:

I - formular e coordenar a política estadual de desenvolvimento das microempresas e empresas de pequeno porte;

II - acompanhar e avaliar a regulamentação e a implementação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte no Estado, promovendo medidas de articulação, integração e coordenação entre os órgãos públicos e privados interessados;

III - propor a revisão da legislação estadual sobre as microempresas e as empresas de pequeno porte, de acordo com as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e suas respectivas atualizações;

IV - propor a regulamentação e supervisionar a implementação dos instrumentos previstos no art. 6º desta Lei, buscando a adesão e integração dos municípios paranaenses;

V - coordenar, no âmbito de suas atribuições, a integração dos municípios



paranaenses com os órgãos e entidades da administração pública direta, suas autarquias e fundações;

VI - representar o Estado, no âmbito de suas atribuições, na celebração de convênios com a União e municípios paranaenses, para fins da articulação das respectivas competências, visando integrar dados, informações e orientações, bem como viabilizar a implantação dos instrumentos previstos neste artigo;

VII - coordenar a elaboração de estudos técnicos, oficinas e encontros para discussão dos temas relacionados às microempresas e empresas de pequeno porte;

VIII - coordenar a realização de oficinas e eventos de discussão dos temas relacionados à Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, assim como a esta Lei;

IX - propor a realização de campanhas de divulgação e informações sobre os temas do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, principalmente em relação à formalização do microempreendedor individual;

X - acompanhar as deliberações e os estudos desenvolvidos no âmbito do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios.

§ 2º O FPME/PR é constituído pelos órgãos estaduais competentes e por entidades de interesse do setor, podendo, nos termos de seu regimento interno, instituir Fóruns Regionais.

§ 3º O FPME/PR é vinculado à Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL e será presidido pelo seu titular.

§ 4º Compete ao Subcomitê CGSIM/PR, além de outras competências atribuídas por esta Lei e pelo seu regimento interno:

I - coordenar a implantação e gerir o módulo integrador estadual com o integrador da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, instituída pela Lei Federal nº 11.598, de 03 de dezembro de 2007, de conformidade com as normas emanadas pelo Comitê Gestor da REDESIM;

II - orientar entidades públicas estaduais e municipais sobre a elaboração e implementação de normas legais e/ou administrativas compatíveis com os princípios de simplificação da REDESIM;

III - propor a eliminação de procedimentos administrativos desnecessários no registro e legalização de empresas nas esferas estadual e municipal;

IV - estimular a adoção de padrões mínimos de segurança e ordenamento territorial, no que se refere ao registro e legalização de empresas;

V - promover a articulação e o entendimento entre todos os órgãos e entidades envolvidos na abertura, alteração e extinção de empresas, objetivando a unicidade do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas;

VI - elaborar e aprovar o modelo operacional de simplificação e desburocratização do processo de abertura, alteração e baixa de empresas no Estado do Paraná;

VII - elaborar e aprovar programa de trabalho para implementação e operação das ações necessárias para que os objetivos de simplificação e desburocratização sejam atingidos;

VIII - supervisionar a implantação da Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual, como aplicativo integrado ao Portal do Empreendedor Paranaense;

IX - propor a definição e a classificação das atividades consideradas de alto e baixo risco, para fins de licenciamento;

X - expedir resoluções necessárias ao exercício de sua competência.

§ 5º A participação nos órgãos instituídos neste artigo, assim como nos seus grupos de trabalho, não será remunerada, sendo seu exercício considerado de relevante interesse público.

## **CAPÍTULO II**

### **DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA, DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte, a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário como definido pelo art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006;

II - MEI - microempreendedor individual, para efeito de aplicação de dispositivos especiais previstos nesta Lei, o empresário individual que optar por pertencer a essa categoria, nos termos definidos no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, e atender todos os requisitos a ele relativos previstos nos artigos 18-A, 18-B e 18-C da mesma Lei Complementar Federal.

## **CAPÍTULO III**

### **INSCRIÇÃO, ALTERAÇÃO E BAIXA**

#### **SEÇÃO I**

#### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 5º** Os órgãos e entidades estaduais terão sua atuação vinculada ao objetivo da simplificação e agilização dos sistemas de registro e controle das microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo ações conjuntas visando à integração com a REDESIM, de que trata a Lei Federal nº 11.598, de 2007, assegurando ainda:

I - a unificação do seu processo de registro e de formalização, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário;

II - a simplificação, racionalização e uniformização dos procedimentos relativos à segurança sanitária, metrologia, controle ambiental, prevenção contra incêndio, dentre outros.

§ 1º A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos estabelecerá os procedimentos para o licenciamento simplificado de empreendimentos de baixo impacto ambiental, definindo e divulgando a listagem das atividades autorizadas por meio da Sala do Empreendedor e da Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual.

§ 2º Fica dispensado o reconhecimento de firmas em cartório na apresentação de documentos para abertura, alteração, fechamento ou baixa de empresas, quando assinado perante o servidor público a quem deva ser apresentado.

§ 3º Será assegurado aos órgãos públicos, resguardadas as informações em relação as quais a lei imponha o dever de sigilo, o acesso eletrônico, ainda que mediante convênio, às informações cadastrais necessárias à orientação prévia e formalização das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 4º Ficam reduzidos a zero os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos cobrados pelos órgãos e entidades administradas pelo Estado do Paraná relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao alvará, à licença, ao cadastro, manutenções, concessão do microcrédito, alterações cadastrais e baixas para o microempreendedor individual.

§ 5º Fica autorizada a Junta Comercial do Estado do Estado Paraná - JUCEPAR a implementar redução das taxas relativas à emissão de certidão que indique o enquadramento da empresa, ou a ela equiparada, o empresário e as pessoas jurídicas beneficiadas por esta Lei, obedecida a legislação federal.

**Art. 6º** Para a garantia dos procedimentos simplificados previstos nesta Lei serão desenvolvidos os sistemas necessários à integração dos procedimentos federais, estaduais e municipais de formalização e registro, pela adesão dos órgãos estaduais à REDESIM, ficando asseguradas:

I - a priorização do desenvolvimento dos sistemas necessários à sua implantação no Estado do Paraná e do módulo integrador estadual da REDESIM, coordenado pelo CGSIM/PR;

II - a instalação do Portal do Empreendedor Paranaense;

III - a criação da Sala do Empreendedor Paranaense;

IV - a criação da Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual, como aplicativo integrado ao Portal do Empreendedor Paranaense;

V - a facilitação do acesso dos municípios, mediante convênio de adesão, pelo fornecimento de orientação e disponibilização de uso de aplicativos desenvolvidos no âmbito estadual, especialmente os referidos nos incisos anteriores.

§ 1º A Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual poderá se constituir em módulo do Portal do Empreendedor Paranaense e terá por objetivo estabelecer um padrão de rotinas de procedimentos relativas ao registro e legalização de empresários e pessoas jurídicas no Estado do Paraná.

§ 2º O CGSIM/PR implantará a Central Virtual de Atendimento ao Licenciamento Estadual no prazo de trezentos e sessenta dias a partir do início de suas atividades.

**Art. 7º** A Sala do Empreendedor Paranaense visa assegurar ao empresário entrada única de dados cadastrais e de documentos, configurando-se como unidade de atendimento presencial e centro integrado dos serviços prestados pelos órgãos e entidades da administração pública direta, suas autarquias e fundações, com as seguintes atribuições:

I - auxiliar o usuário na decisão de abertura do negócio, prestando orientação e informações pormenorizadas para realização do registro e da legalização de empresa;

II - disponibilizar aos interessados, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, informações, orientações e instrumentos que permitam pesquisas prévias às etapas de registro ou inscrição, alteração e baixa de empresários e pessoas jurídicas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do registro ou inscrição;

III - instrumentalizar a solicitação e emissão das certidões necessárias ao funcionamento da empresa;

IV - permitir o acesso eletrônico necessário ao registro e formalização das microempresas e empresas de pequeno porte;

V - fornecer orientação quanto às obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, além de outras fixadas em regulamento.

§ 1º Para o pleno funcionamento da Sala do Empreendedor, o Poder Executivo poderá firmar parceria com outras instituições públicas ou privadas para, entre outras funcionalidades, mediante presença física ou virtual, oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Estado.

§ 2º A Sala do Empreendedor Paranaense deverá permitir o acesso à base

de dados da REDESIM, funcionando de forma integrada com as Centrais de Atendimento Empresarial – FÁCIL, previstas na legislação federal, sem prejuízo da manutenção de base de dados com outras informações de interesse estadual.

**Art. 8º** O Portal do Empreendedor Paranaense será integrado pelos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações, centralizando o acesso eletrônico pela rede mundial de computadores, facilitando a todos o acesso aos sistemas necessários à formalização e registro das microempresas e empresas de pequeno porte, e divulgando, ainda, as matérias de interesse das empresas do Estado do Paraná.

**Parágrafo único.** Também constarão do Portal do Empreendedor as matérias relacionadas ao Portal de Compras do Governo do Estado do Paraná e aos Editais de Leilões promovidos pelo Poder Público para facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte ao regime favorecido para aquisição ou fornecimento de bens e serviços.

**Art. 9º** Fica adotada, para utilização nos cadastros e nos registros administrativos do Estado, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, oficializada mediante publicação da Resolução IBGE/CONCLA nº 1, de 25 de junho de 1998, e atualizações posteriores.

## **SEÇÃO II**

### **DA CONSULTA PRÉVIA**

**Art. 10.** Para a realização da pesquisa prévia à elaboração ou alteração de ato constitutivo, será facilitado o acesso às informações no Portal do Empreendedor Paranaense, ficando disponibilizada orientação presencial na Sala do Empreendedor relativamente:

I - à descrição oficial do endereço de seu interesse e à possibilidade do exercício da atividade desejada no local escolhido;

II - aos requisitos necessários à obtenção das autorizações para o funcionamento, segundo a natureza da atividade pretendida, o porte, o grau de risco e a localização;

III - à possibilidade de uso do nome empresarial escolhido.

**§ 1º** Será mantida no Portal do Empreendedor a lista atualizada das atividades consideradas de alto risco, que exigirão inspeção antes da concessão do Alvará de Funcionamento.

**§ 2º** O resultado da pesquisa prévia de que trata este artigo deverá constar da documentação que instruirá o requerimento de registro no órgão executor do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

**§ 3º** Serão gratuitos todos os atendimentos e orientações realizados com base em dados franqueados pela União, estados ou municípios, bem como todas as atividades realizadas pelo Portal do Empreendedor ou pela Sala do Empreendedor, sem prejuízo das disposições constantes da Lei Federal nº 11.598, de 2007 - REDESIM e da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**Art. 11.** A resposta à consulta prévia será expedida num prazo máximo de quarenta e oito horas para o endereço eletrônico fornecido ou, se for o caso, para o endereço postal do requerente, informando sobre a compatibilidade do local com a atividade pretendida.

### **SEÇÃO III DO REGISTRO, DA ALTERAÇÃO E DA BAIXA**

**Art. 12.** O pedido de registro, de alteração ou de baixa das microempresas e empresas de pequeno porte será efetuado diretamente na REDESIM, sendo facilitado o acesso eletrônico no Portal do Empreendedor Paranaense e a orientação presencial na Sala do Empreendedor.

**Art. 13.** Os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas que sejam responsáveis pela emissão de licenças e autorizações de funcionamento somente realizarão vistorias após o início de operação do estabelecimento, exceto nos casos em que o grau de risco seja considerado alto pela legislação.

**§ 1º** Na hipótese de indeferimento do registro, o interessado será informado sobre o respectivo motivo.

**§ 2º** O FPME/PR envidará esforços para que a relação de atividades e a de situações de alto risco sejam uniformes para todo o Estado de forma que os municípios possam a elas aderir.

### **SEÇÃO IV DO MEI - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

**Art. 14.** O registro do microempreendedor individual referido no inciso II do art. 4º será efetuado diretamente no Portal do Empreendedor, consoante legislação nacional, observando-se, ainda:

I - o acesso às informações necessárias será disponibilizado por meio eletrônico no Portal do Empreendedor Paranaense;

II - será fornecida orientação presencial e meio de acesso aos portais eletrônicos na Sala do Empreendedor, bem como meios para preenchimento e impressão dos formulários necessários à efetivação do seu registro.

**Art. 15.** O Estado instituirá programa de formalização do microempreendedor individual, envolvendo entidades de interesse da sociedade civil

organizada, com o objetivo de incentivar a legalização de negócios informais de pequeno porte, oferecendo serviços destinados à constituição e abertura de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como a proporcionar acompanhamento contábil, planejamento e assessoramento empresarial.

**Parágrafo único.** Os municípios poderão aderir ao programa de formalização de que trata este artigo.

**Art. 16.** Ficam isentos os valores referentes a taxas, emolumentos e demais custos de abertura, inscrição, registro, alvará, licença e cadastro do microempreendedor individual relativos ao início de atividade.

## **CAPÍTULO IV DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA**

**Art. 17.** A fiscalização das microempresas e empresas de pequeno porte pelos órgãos e entidades da administração direta, suas autarquias e fundações, responsáveis pelo cumprimento da legislação metrológica, sanitária, ambiental e de segurança, deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1º Será observado o critério de dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada a ocorrência de resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2º A dupla visita consiste em uma primeira ação, com a finalidade de verificar a regularidade do estabelecimento e, em ação posterior, de caráter punitivo, quando, verificada qualquer irregularidade na primeira visita, não for efetuada a respectiva regularização no prazo determinado.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses previstas no § 1º, caso seja constatada alguma irregularidade na primeira visita do agente público, o mesmo formalizará Termo de Ajustamento de Conduta, conforme regulamentação, devendo sempre conter a respectiva orientação e plano negociado com o responsável pelo estabelecimento.

§ 4º Os órgãos e entidades competentes definirão, em noventa dias a partir da entrada em vigor desta Lei, as atividades e situações cujo grau de risco seja considerado alto, as quais não se sujeitarão ao disposto neste artigo, observada a regra do § 3º do art. 55 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

## **CAPÍTULO V ACESSO AOS MERCADOS**

### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 18.** Nas contratações públicas será concedido tratamento diferenciado e simplificado e tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional e municipal, por meio da

máxima descentralização territorial dos processos licitatórios.

§ 1º Para o cumprimento do disposto neste artigo, a administração pública adotará as regras previstas na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, constantes dos artigos 42 a 49 e seguintes desta Lei, bem como em Normas Regulamentares que prevejam tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º No âmbito do programa de estímulo à participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do governo, a administração pública adotará regras com objetivo de:

I - capacitar os gestores responsáveis pelas contratações públicas;

II - estimular as entidades públicas e privadas de apoio e de representação a capacitarem as microempresas e empresas de pequeno porte visando à sua participação nos processos licitatórios.

§ 3º O Poder Público Estadual, por intermédio de convênios de Programa do Governo do Paraná formulados com instituições financeiras, Sociedades de Garantia de Crédito e demais entidades de interesse, implementará linha de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte com sede no Paraná vencedoras de licitação para produção e comercialização dos produtos licitados pelo Poder Executivo Estadual ou Municipal.

§ 4º A microempresa, a empresa de pequeno porte e o microempreendedor individual, titulares de direitos creditórios decorrentes de empenhos liquidados por órgãos e entidades do Estado não pagos em até trinta dias contados da data de liquidação, poderão emitir título de crédito equivalente à cédula de crédito microempresarial prevista na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, art. 46.

§ 5º A cédula de crédito microempresarial mencionada no parágrafo anterior deverá ser emitida por meio de título de crédito regido, subsidiariamente, pela legislação federal prevista para as cédulas de crédito comercial, tendo como lastro o empenho do Poder Público.

**Art. 19.** Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da administração direta, autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ainda que por intermédio de sociedade de propósito específico.

§ 1º Para os efeitos deste artigo poderá ser utilizada a licitação por item, quando destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela administração que puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no *caput*, em decorrência da natureza do produto, a inexistência de, pelo menos, três



fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo, essa circunstância deverá ser justificada no processo.

**Art. 20.** A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do respectivo contrato.

§ 1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de dois dias úteis, prorrogáveis por mais dois dias úteis, a critério da administração, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

§ 2º Em caso de atraso, por parte dos órgãos competentes, da emissão de certidões negativas de débito ou de certidões positivas com efeito de negativas, o licitante poderá apresentar à administração pública, em prazo de até dois dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da administração, contados do término do prazo conferido aos referidos órgãos responsáveis pela emissão, outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos artigos 156 e 151 do Código Tributário Nacional, juntamente com a prova de protocolo do pedido da certidão comprobatória.

§ 3º A falta de regularização da documentação, nos prazos previstos neste artigo, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da sanção prevista no art. 154, I, da Lei nº 15.608, de 16 de agosto de 2007, sendo facultado à administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**Art. 21.** As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da administração direta, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Estado, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores.

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado local ou regional, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

**Art. 22.** Nas aquisições de bens ou serviços comuns que envolvam microempresas e empresas de pequeno porte, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

**Art. 23.** Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada ampla divulgação aos editais no âmbito local ou regional, inclusive junto às entidades de apoio

e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação.

**Parágrafo único.** Para os fins deste artigo, os órgãos responsáveis pela licitação poderão celebrar convênios com as entidades referidas no *caput* para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação.

**Art. 24.** A administração pública poderá exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 1º A exigência de que trata o *caput* deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de trinta por cento do total licitado.

§ 2º É vedada a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

§ 3º O disposto no *caput* não é aplicável quando:

I - o proponente já for microempresa ou empresa de pequeno porte;

II - a subcontratação for inviável, não for vantajosa para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III - a proponente for sociedade de propósito específico composta em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 25.** Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-ão:

I - deverá ser comprovada a regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte contratadas e subcontratadas, como condição de assinatura do contrato, bem como ao longo da vigência contratual, sob pena de rescisão;

II - a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III - demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso II, a administração pública poderá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada, desde que sua execução já tenha sido iniciada.

**Art. 26.** As contratações diretas por dispensa de licitação ou inexigibilidade com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas e empresas de pequeno porte.

## **SEÇÃO II**

### **CERTIFICADO CADASTRAL DA MICROEMPRESA OU DA EMPRESA DE**

## **PEQUENO PORTE - MPE**

**Art. 27.** Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, o Estado deverá:

I - instituir ou utilizar cadastro que possa identificar as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, com suas linhas de fornecimento, de modo a facilitar a participação das mesmas nas licitações públicas, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

II - divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no sítio oficial do Estado, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

III - padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da Sala do Empreendedor, as microempresas e empresas de pequeno porte a fim de dar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

**Parágrafo único.** Os municípios poderão aderir aos instrumentos previstos neste artigo.

### **SEÇÃO III DA META ANUAL DE PARTICIPAÇÃO**

**Art. 28.** A administração pública deverá definir até 30 de março de cada ano, a meta anual de participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas compras do Estado.

**Parágrafo único.** A meta será revista por ato do Chefe do Poder Executivo.

### **SEÇÃO IV DO PORTAL DE COMPRAS**

**Art. 29.** O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência:

I - instituirá o Portal de Compras Governamentais, objetivando centralizar as informações referentes às compras públicas e as ações de planejamento das compras de governo;

II - providenciará a elaboração do portal de compras eletrônicas do Estado do Paraná, objetivando, especialmente:

a) a negociação de preço de bens e serviços adquiridos pela administração pública, por meio de procedimentos eletrônicos, permitindo ampla competitividade e igualdade de condições de participação para todos os seus usuários;

b) proporcionar a participação mais econômica e ágil dos fornecedores aos processos de aquisição eletrônica estadual;

c) proporcionar facilidade e comodidade nas aquisições, ainda que por adesão, de Secretarias de Estado, autarquias, incluindo as universidades, fundações, empresas estatais e municípios;

d) a promoção, por cotação eletrônica, da aquisição de bens ou serviços por dispensa de licitação;

e) dar ampla flexibilidade e possibilidades à política de compras governamentais voltadas à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e do microempreendedor individual, locais e regionais.

**Parágrafo único.** A administração pública estadual deve utilizar este portal eletrônico para:

I - disponibilizar informações referentes aos procedimentos adotados nas realizações de suas compras;

II - divulgar previamente os editais de licitação na forma da legislação, destacando a forma de participação das microempresas e empresas de pequeno porte;

III - permitir o acompanhamento das licitações;

IV - ampliar a participação de fornecedores por meio de divulgação dos instrumentos de cadastramento, credenciamento e habilitação;

V - divulgar as tabelas de preços referenciais do Estado;

VI - outras ações relacionadas.

## **CAPÍTULO VI ASSOCIATIVISMO**

**Art. 30.** O Poder Executivo, por si ou através de parcerias com entidades públicas ou privadas, estimulará a organização de empreendedores, fomentando o associativismo e a constituição de sociedades de propósito específico formadas por microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local ou regional, integrado e sustentável.

**Art. 31.** O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Estado entre os quais:

I - estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas estaduais, visando o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II - estímulo à forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III - estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do município no mercado produtivo, fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV - criação de instrumentos específicos de estímulo à atividade associativa destinada à exportação.

## **CAPÍTULO VII ESTÍMULO À INOVAÇÃO**

### **SEÇÃO I PROGRAMAS DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO**

**Art. 32.** Os órgãos e entidades da administração pública estabelecerão uma política de estímulo à inovação de produtos e processos de gestão e operação das microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive apoiando a constituição de incubadoras, com os seguintes objetivos:

I - aumentar a lucratividade e a competitividade, por meio de melhorias na gestão e operação que impliquem ganhos efetivos de qualidade e produtividade;

II - estimular as pesquisas aplicadas e dirigidas às microempresas e empresas de pequeno porte, envolvendo todos os órgãos e entidades que tenham entre seus objetivos a execução de pesquisa, desenvolvimento, ensino, financiamento, promoção, estímulo ou apoio, nas áreas científica, tecnológica, jurídica ou institucional;

III - capacitar os empresários, administradores e funcionários para aplicação das novas técnicas, modelos e produtos nos seus processos de gestão e operação;

IV - apoiar o registro, certificação e desenvolvimento de produtos e inovações.

§ 1º No programa de estímulo à inovação de que trata este artigo, observar-se-á o seguinte:

I – as condições de acesso para as microempresas e empresas de pequeno porte serão diferenciadas, favorecidas e simplificadas.

II – o montante de recursos disponíveis e suas condições de acesso deverão ser expressos nos respectivos orçamentos e amplamente divulgados.

§ 2º O Estado terá por meta a aplicação de, no mínimo, vinte por cento

dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou das empresas de pequeno porte.

§ 3º Os órgãos e entidades, atuantes em pesquisa, desenvolvimento ou capacitação tecnológica, terão por meta efetivar suas aplicações, no percentual mínimo fixado no § 2º, em programas e projetos de apoio às microempresas ou às empresas de pequeno porte, divulgando, no primeiro trimestre de cada ano, informação relativa aos recursos aplicados, número de empresas atendidas e a respectiva relação percentual em relação ao total dos recursos destinados para esse fim.

§ 4º Para efeito do *caput* deste artigo, o Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União, com as demais unidades federadas, com entidades de representação e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, com agências de fomento, com instituições científicas e tecnológicas, com núcleos de inovação tecnológica, com organismos internacionais e com instituições de apoio.

§ 5º O Poder Público prestará esclarecimentos e orientação no Portal do Empreendedor Paranaense e na Sala do Empreendedor, visando facilitar a operacionalização dos projetos pelas microempresas e empresas de pequeno porte e o amplo acesso aos mecanismos de incentivo à inovação.

**Art. 33.** A política pública de estímulo à inovação de que trata o art. 32, abrangerá as seguintes ações:

I - no que se refere a projetos:

a) concepção ou desenvolvimento de novos produtos ou processos de gestão e operação, bem como de novas funcionalidades, características ou benefícios, que inclusive agreguem valor aos produtos exportados;

b) transferência do conhecimento relativo aos novos produtos ou processos de gestão e operação que incluam atividades de divulgação, capacitação direta ou certificação de órgãos e entidades públicas ou privadas de apoio e serviço aptas a atuarem na capacitação;

c) teste e certificação para orientar as aquisições de produtos, insumos, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, partes, ferramentas e sistemas de informação utilizados nos processos de gestão e operação das microempresas e empresas de pequeno porte;

II - no que se refere à organização, investimento e custeio:

a) ações vinculadas à operação de incubadoras;

b) serviços de assessoria, nas áreas técnica e jurídica, e o apoio ao processo de registro de produtos e inovações nos órgãos envolvidos na defesa de direitos autorais e de marcas e patentes.

**Parágrafo único.** As agências de fomento científico e tecnológico estaduais poderão criar ou aprimorar o apoio ao desenvolvimento tecnológico de que trata este artigo, por meio de atividade de fomento direto à pesquisa realizada nas empresas.

**Art. 34.** As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, permitido aos órgãos ou entidades estaduais arcarem com despesas de aluguel, manutenção do prédio e demais despesas de infraestrutura.

**§ 1º** O Poder Executivo manterá, por si ou com entidade gestora que designar, e por meio de pessoal de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de assessoria e avaliação técnica a microempresas e a empresas de pequeno porte.

**§ 2º** O prazo máximo de permanência no programa é de dois anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a dois anos mediante avaliação técnica.

**Art. 35.** O Poder Executivo divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas e empresas de pequeno porte no Estado.

**§ 1º** Os recursos referidos no *caput* deste artigo poderão complementar ou substituir contrapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos; cobrir gastos com divulgação e orientação destinada a empreendimentos que possam receber os benefícios dos projetos; servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresas e empresas de pequeno porte, em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação de conhecimento.

**§ 2º** O disposto no § 1º compreende:

I - a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas e empresas de pequeno porte;

II - a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, as exigências neles contidas e as respectivas formas de atendê-las;

III - apoio no preenchimento de documentos e elaboração de projetos;

IV - recebimento de editais e encaminhamento a entidades representativas das microempresas e empresas de pequeno porte;

V - promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e forma de operacionalização.

## **SEÇÃO II INCENTIVOS FISCAIS À INOVAÇÃO**

**Art. 36.** Fica o Poder Executivo, após a análise do impacto orçamentário-financeiro e a adoção, quando necessário, de medidas de compensação (art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000), autorizado a reduzir a zero a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação incidente na aquisição, ou importação, de equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, acessórios, sobressalentes e ferramentas que os acompanhem, na forma definida em decreto, quando adquiridos, ou importados, diretamente por microempresas e empresas de pequeno porte para incorporação ao seu ativo imobilizado.

## **SEÇÃO III DA PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO CAPITAL DE SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO**

**Art. 37.** O Estado, suas autarquias, fundações e empresas por ele controladas, direta ou indiretamente, poderão participar do capital de sociedade de propósito específico formada por microempresas ou empresas de pequeno porte, com prazo determinado, visando ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para a obtenção de produto ou processo inovador.

**Parágrafo único.** A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos será regida pela legislação federal ou estadual pertinente.

## **SEÇÃO IV DO FUNDO DE INOVAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**Art. 38.** O Poder Executivo manterá programa de estímulo à inovação de que trata o art. 35, com utilização do Fundo de Inovação das microempresas e empresas de pequeno porte para financiamento de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Estado voltados para microempresas e empresas de pequeno porte.

**§ 1º** O Fundo de Inovação das microempresas e empresas de pequeno porte atuará com os seguintes objetivos principais:

a) apoiar programas de inovação voltados às microempresas e empresas de pequeno porte;

b) promover a transferência de conhecimento das instituições científicas e tecnológicas do Estado do Paraná para as microempresas e empresas de pequeno porte, contribuindo para melhorar seus produtos, processos e serviços;



c) estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação nas microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 2º Dos recursos aplicados anualmente em projetos de inovação voltados para as empresas, no mínimo, vinte por cento serão destinados ao Fundo de Inovação das microempresas e empresas de pequeno porte.

## **CAPÍTULO VIII DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E CAPITALIZAÇÃO**

### **SEÇÃO I DA POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO CRÉDITO**

**Art. 39.** O Estado, por intermédio de seus órgãos de administração direta e indireta estabelecerá uma política pública de acesso ao crédito que incorpore o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, com o objetivo de criar ou ampliar os seguintes instrumentos:

I - linhas específicas de crédito, com taxa de juros e exigências documentais e formais diferenciadas;

II - linhas específicas de crédito voltadas ao apoio ao comércio exterior;

III - constituição de Fundo de Aval Garantidor específico para microempresas e empresas de pequeno porte;

IV - participação no capital de Sociedades de Garantia de Crédito, constituída por microempresas e empresas de pequeno porte e qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, na forma da Lei Federal nº9.790, de 23 de março de 1999;

V - constituição de Fundo de Capital de Risco para capitalização das microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º A política referida neste artigo incluirá a ampla divulgação, em conjunto com as instituições financeiras, das linhas de crédito disponíveis, assim como a articulação com as entidades de apoio e representação das microempresas e empresas de pequeno porte, no sentido de proporcionar e desenvolver programas de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica.

§ 2º O disposto neste artigo compreende a manutenção permanente de um programa estadual de microcrédito, que objetive atender aos empreendedores com a oferta de crédito orientado.

§ 3º Para os efeitos deste artigo e desenvolvimento dos programas referidos, fica autorizada a celebração de convênios específicos entre os órgãos da administração pública estadual e municipal.

**Art. 40.** O Poder Executivo, por seus órgãos de atuação, apoiará a criação de Comitês Municipais de Crédito com objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às

microempresas e empresas de pequeno porte.

## **SEÇÃO II**

### **DA CRIAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE AVAL**

**Art. 41.** O Poder Executivo deverá:

I - enviar à Assembleia Legislativa do Estado, mensagem de lei específica criando Fundo de Aval para microempresas e empresas de pequeno porte;

II - na forma que regulamentar, participar de fundos destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, junto aos estabelecimentos bancários, para capital de giro, investimento em imobilizado e/ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas;

§ 1º O Fundo de Aval terá natureza contábil e a finalidade de prover recursos financeiros para garantir os riscos das operações de financiamento realizadas por microempresas e empresas de pequeno porte junto ao Sistema Financeiro Nacional representados por instituições financeiras a serem definidas mediante celebração de convênios específicos com o Estado.

§ 2º O Fundo de Aval será fiscalizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, sem prejuízo do controle interno e de auditoria externa.

§ 3º As microempresas e empresas de pequeno porte podem ser beneficiadas pelo Fundo de Aval de forma individual ou organizadas em Sociedade de Propósito Específico.

§ 4º A participação do Estado poderá também se dar através do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico.

## **SEÇÃO III**

### **DA PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES DE GARANTIA DO CRÉDITO**

**Art. 42.** Para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das microempresas e empresas de pequeno porte e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do município e região de influência, fica o Poder Executivo Estadual autorizado a participar através de convênios em associações de crédito, na qualidade de parceiro colaborador.

§ 1º A Associação de Garantia de Crédito deverá estar qualificada como uma OSCIP.

§ 2º Para o recebimento dos recursos, a Associação de Garantia de Crédito deverá firmar Termo de Parceria com o Poder Executivo, nos termos previstos na Lei de que trata o inciso IV do art. 39.

§ 3º A fiscalização da utilização dos recursos repassados pelo Estado à Associação de Garantia de Crédito será executada pelo órgão técnico competente do

Poder Executivo.

**Art. 43.** Para os efeitos do art. 44, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no orçamento anual, por conta da correspondente dotação, a ser repassado à Associação de Garantia de Crédito, conforme condições estabelecidas em decreto.

**Parágrafo único.** A participação do Estado poderá também se dar por meio de recursos do FDE – Fundo de Desenvolvimento Econômico.

#### **SEÇÃO IV DO FUNDO DE CAPITAL DE RISCO**

**Art. 44.** Para fomentar a consolidação de microempresas e empresas de pequeno porte, o Estado instituirá um Fundo de Capital de Risco, com recursos do FDE, que apoiará os empreendimentos orientados para inovação com participação na composição societária da empresa.

**Art. 45.** O Poder Executivo enviará mensagem à Assembleia Legislativa do Estado com proposta de alteração na lei do FDE, possibilitando a alocação de recursos em participação societária de empresas.

#### **CAPÍTULO IX DO ESTÍMULO À EXPORTAÇÃO**

**Art. 46.** O Estado, por intermédio de seus órgãos de administração direta e indireta, estabelecerá política para promoção do aumento da participação das microempresas e empresas de pequeno porte no valor global das exportações paranaenses, com os seguintes objetivos:

I - promover a cultura da gestão para a exportação;

II - reduzir o custo da exportação por meio de apoio ao desenvolvimento de instrumentos que viabilizem a agregação de demanda para serviços de logística e assessoria e agregação de oferta para venda e divulgação de produtos no mercado exterior;

III - auxiliar o desenvolvimento tecnológico, a certificação e a melhoria da qualidade de produtos e do processo produtivo, visando adequá-los às exigências tecnológicas do mercado externo;

IV - apoiar o desenvolvimento de inovações que agreguem valor aos produtos exportados;

V - financiar as microempresas e empresas de pequeno porte nas operações de exportação;

VI - estabelecer programa de divulgação dos benefícios e facilidades concedidos à exportação, especialmente as linhas de crédito existentes e utilização do SCE - Seguro de Crédito à Exportação ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação - FGE/BNDES, inclusive por meio da Sala do Empreendedor e do Portal do Empreendedor Paranaense.

**Parágrafo único.** Para efeito deste artigo, os órgãos referidos no *caput* poderão celebrar convênios com a União, com as demais unidades federadas, com entidades de representação e apoio a microempresas e a empresas de pequeno porte, com agências de fomento, com instituições científicas e tecnológicas, com núcleos de inovação tecnológica e com instituições de apoio.

**Art. 47.** Para fins de cumprimento do disposto no art. 46, os órgãos e entidades da administração pública deverão elaborar Programa Estadual de Incentivo às Exportações, cujas ações, executadas por si ou mediante convênios, prevejam:

I - criação:

a) de programas específicos de divulgação e capacitação, direta ou por meio de certificação de órgãos e entidades públicas ou privadas de apoio e serviço aptas a atuarem na divulgação e capacitação, voltada à gestão para a exportação;

b) de linhas de financiamento específicas para empresas de que trata esta lei que operem com exportação;

II - disponibilização, na Sala do Empreendedor e no Portal do Empreendedor Paranaense de:

a) catálogo e consulta dos produtos e respectivas características, oferecidos para exportação pelas microempresas e empresas de pequeno porte;

b) serviço de orientação, de logística e assessoria, permitindo ganhos de escala em função da agregação de demanda;

c) serviço de orientação sobre procedimentos, mercados e linhas de crédito voltados à exportação;

III - prestação de serviços de assessoria, nas áreas técnica e jurídica, como apoio nas operações de exportação;

IV - incentivo ao desenvolvimento de formas associativas, especialmente de sociedades de propósito específico, formadas por microempresas e empresas de pequeno porte para produção, comercialização e exportação de produtos e serviços.

## **CAPÍTULO X**

### **DA EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA E DO ACESSO À INFORMAÇÃO**

**Art. 48.** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar parcerias ou convênios com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de

educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimentos sobre gestão de microempresas e empresas de pequeno porte, associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1º Estão compreendidos no âmbito do *caput* deste artigo ações de caráter curricular ou extracurricular voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2º Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público; ações de capacitação de professores, e outras ações que o Poder Público entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

§ 3º O Poder Público estadual fica autorizado a firmar convênios com dirigentes de unidades acadêmicas para o apoio ao desenvolvimento de empresas júnior qualificadas para oferecer serviços a microempresas e a empresas de pequeno porte, discriminadas as atribuições, responsabilidades e obrigações dos partícipes.

**Art. 49.** Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar parcerias ou convênios com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino superior, para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.

**Parágrafo único.** Compreende-se no âmbito do *caput* deste artigo, a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e ações de capacitação de professores.

**Art. 50.** O Estado deverá incentivar e apoiar programas públicos de inclusão digital nos municípios, com o objetivo de promover o acesso de microempresas e empresas de pequeno porte às novas tecnologias da informação e comunicação e à Internet, bem como incentivar e apoiar a implantação de programas públicos para fornecimento de sinal da rede mundial de computadores em banda larga, via cabo, rádio ou outra forma, inclusive para órgãos governamentais do município.

**Parágrafo único.** Compreendem-se no âmbito do programa referido no *caput* deste artigo:

I - a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito à Internet;

II - o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação;

III - a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas;

IV - a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio da Internet;

V - a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias;

VI - o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação;

VII - a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

## **CAPÍTULO XI DAS RELAÇÕES DO TRABALHO**

**Art. 51.** O Poder Executivo, em conjunto com os Serviços Sociais Autônomos e entidades de representação e apoio, estimulará as microempresas e empresas de pequeno porte a formar consórcios para o acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

**Art. 52.** O Estado poderá firmar parcerias com municípios, sindicatos, instituições de ensino superior, públicas ou privadas, hospitais, centros de saúde, cooperativas médicas e centros de referência do trabalhador para implantar Relatório de Atendimento Médico ao Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região e, integradamente com a vigilância sanitária municipal e demais parceiros, promover a orientação das microempresas e empresas de pequeno porte em saúde e segurança no trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

**Art. 53.** Também de forma integrada com o Poder Público Municipal, o Estado poderá firmar parcerias com sindicatos, instituições de ensino superior, públicas ou privadas e associações empresariais para orientar as microempresas e as empresas de pequeno porte, por meio da Sala do Empreendedor ou pelo Portal do Empreendedor Paranaense, quanto à dispensa de obrigações acessórias concernentes à legislação trabalhista.

## **CAPÍTULO XII DOS EMPREENDEDORES RURAIS**

**Art. 54.** O Estado, por meio de seus órgãos técnicos, formulará políticas públicas de fomento, podendo firmar parcerias com instituições financeiras, com órgãos em nível federal, estadual e municipal, com instituições de ensino superior, com entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores e empresários rurais.

**§ 1º** O Estado estimulará a criação de um Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte que terá como finalidades:

I - realizar a integração sistêmica, horizontal e descentralizada dos serviços de inspeção municipais;

II - traçar as diretrizes básicas da Sanidade Agroindustrial Familiar de

Pequeno Porte;

III - produzir e editar recomendações e instruções, por meio de documentos técnicos específicos e socialmente adequados;

IV - realizar e estimular parcerias, com órgãos públicos e privados, com instituições de pesquisa e educacionais, de capacitação, assistência técnica e extensão;

V - fazer a interlocução e o monitoramento dos serviços de inspeção municipais do Estado.

§ 2º O Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte poderá ser vinculado ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI, integrante do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA, por meio de instância definida nos termos da regulamentação federal específica.

### **CAPÍTULO XIII DO ACESSO À JUSTIÇA**

**Art. 55.** O Estado poderá realizar parcerias com a iniciativa privada por meio de convênios com entidades de classe e instituições de ensino superior, públicas ou privadas, a fim de orientar e facilitar às microempresas e empresas de pequeno porte o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no art. 74 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

§ 1º O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos.

§ 2º O Estado também estimulará parcerias entre o Poder Judiciário, a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil, e as instituições de ensino superior, com a finalidade de criar e implantar o setor de conciliação extrajudicial, como um serviço gratuito.

### **CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 56.** O FPME/PR expedirá, no prazo de até seis meses da publicação desta Lei, as normas complementares necessárias à implantação e à manutenção da Sala do Empreendedor e do Portal do Empreendedor Paranaense.

**Parágrafo único.** Outros serviços à disposição de empresas, acessíveis em sítios mantidos pelo Governo do Estado do Paraná na rede mundial de computadores e relacionados ao disposto nesta Lei, deverão ser integrados ao Portal do Empreendedor Paranaense no mesmo prazo previsto no *caput* deste artigo.

**Art. 57.** O FPME/PR elaborará relatório anual de avaliação da

---

implantação efetiva das normas desta Lei Complementar, visando ao seu cumprimento e aperfeiçoamento.

**Art. 58.** Fica designado o dia 27 de novembro como “o Dia da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte”, neste Estado, que será comemorado em cada ano, cabendo aos Poderes Estaduais, dentro de sua área de competência, em consonância com órgãos e entidades de interesse, promover o referido evento.

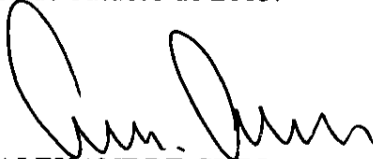
**Art. 59.** Salvo disposição expressa em contrário, entende-se como se referindo à microempresa, à empresa de pequeno porte ou ao microempreendedor individual, conceituados nesta Lei, o uso dessas expressões em outra norma legal estadual, que veicule tratamento diferenciado, simplificado ou mais benéfico, de qualquer natureza.

**Art. 60.** As despesas resultantes da aplicação desta Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas nos orçamentos dos respectivos órgãos da administração pública.

**Art. 61.** A presente Lei será regulamentada por ato do Poder Executivo, no prazo de noventa dias de sua publicação.

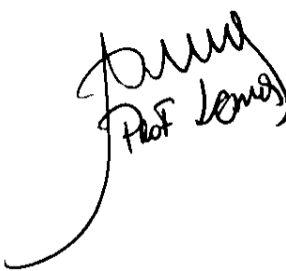
**Art. 62.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Relator 

  
2016

  
Prof. Leoni





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO


### Redação Final ao Projeto Lei nº 296/2013

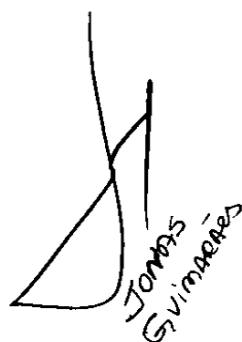
Institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a EXPOASA, realizada anualmente no segundo final de semana do mês de junho, no Município de Assaí.

**Art. 1º** Fica inserida no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a Exposição Agrícola Regional de Assaí - EXPOASA, comemorada anualmente no segundo final de semana do mês de junho, no Município de Assaí.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 16 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURI  
Presidente

  
Jonas  
Guimarães

  
Relator PASTOR Edson

  
Carolina  
MARA Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### Redação Final ao Projeto Lei nº 331/2013

Autoriza a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, a efetuar alienação de imóveis no Município de Figueira - Paraná, por meio de Licitação.

**Art. 1º** Fica a COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A., subsidiária integral da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, autorizada a alienar, por meio de licitação, os bens imóveis de sua propriedade, localizados no Município de Figueira, registrados na matrícula sob o nº 6.898, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Curiúva – Estado do Paraná, abaixo relacionados:


ITEM	RUA	QUADRA	LOTE	ÁREA LOTE (M²)	ÁREA EDIF. (M²)
1.	G	2	9	417,00	157,15
2.	G	4	2	630,00	131,08
3.	G	4	3	630,00	131,08
4.	H	5	2	416,00	89,10
5.	E	8	1	548,83	98,75
6.	E	8	4	468,00	98,75
7.	C	9	11	400,00	97,50
8.	C	9	13	574,87	147,87
9.	D	10	2	943,43	98,75
10.	2	10	16	996,92	98,75
11.	2	10	17	982,60	147,87
12.	H	1	1	649,38	-
13.	E	7	2	867,00	-
14.	E	7	3	892,51	-
15.	E	7	4	892,51	-
16.	E	7	5	892,51	-
17.	E	7	6	892,51	-
18.	E	7	7	1.013,31	-
19.	M	9	3	726,61	-

20.	M	9	4	612,98	-
21.	M	9	5	894,30	-
22.	M	9	6	713,74	-
23.	M	9	8	476,18	-

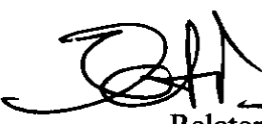
**Art. 2º** As providências e as despesas para escrituração e registro perante o Cartório de Registro de Imóveis ficam sob a responsabilidade dos adquirentes.

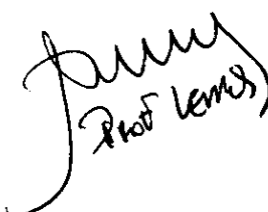
**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

  
ALEXANDRE CURTI  
Presidente

  
Dirc

  
Relator Prof. Dr. EDSON

  
Prof. Lemos



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto Lei nº 386/2013**

Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Floresta – APAE de Floresta, com sede no Município de Floresta e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

**Art. 1º** Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Floresta – APAE de Floresta, com sede no Município de Floresta e foro no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Maringá.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 21 de outubro de 2013.

Ruy  
Rose

ALEXANDRE CURI  
Presidente

Relator

Prof. Lenos



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**PROJETO DE LEI** 460/13

**Súmula:** Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Ficam extintos um mil cargos de provimento em comissão no âmbito do Poder Executivo, conforme disposto no Anexo I desta Lei.

**Art. 2º** Fica instituída a Função de Gestão Pública - FG, que se destina às atribuições de direção, de chefia e de assessoramento, com símbolo e remuneração constantes do Anexo II desta Lei.

**Parágrafo único.** A Função de que trata o *caput* será exercida exclusivamente por servidores titulares de cargo de provimento efetivo.

**Art. 3º** As Funções de Gestão Pública ficam criadas no quantitativo equivalente aos cargos em comissão extintos pelo art. 1º, existentes na estrutura organizacional do Poder Executivo.

**Parágrafo único.** O cargo de provimento em comissão e a função de gestão pública correspondem a mesma atribuição na estrutura organizacional e não poderão ser preenchidos, ocupados ou exercidos concomitantemente.

**Art. 4º** A designação para o exercício da Função de Gestão Pública será feita por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 5º** As Funções de Gestão Pública serão submetidas ao regime de tempo integral e dedicação exclusiva e são incompatíveis com:

- I - o exercício de cargo de provimento em comissão;
- II - a Gratificação por Desempenho de Atividade Fazendária – GDAF; e
- III - outras vantagens de mesma natureza.

**Art. 6º** A designação para o exercício de Função de Gestão Pública independe da lotação do servidor.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 7º** A Função de Gestão Pública incidirá no cálculo da remuneração de férias e décimo terceiro salário.

**Art. 8º** A Função de Gestão Pública não é incorporável à remuneração do cargo de provimento efetivo, não integrará os proventos de aposentadoria, não será computada para fins de acréscimos ulteriores, bem como não servirá de base de cálculo para a concessão de outras vantagens.

**Art. 9º** Será devida a remuneração pelo exercício da Função de Gestão Pública, assim como a remuneração de cargo de provimento em comissão em caso de substituição do titular decorrente de gozo de férias e afastamentos legais, exclusivamente para as atribuições de direção e de chefia.

**Art. 10.** A denominação ou nomenclatura e a vinculação das funções de gestão pública e dos cargos de provimento em comissão à estrutura organizacional dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, poderão ser alteradas, por ato do Chefe do Poder Executivo, mediante prévia manifestação formal da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL.

**Art. 11.** A função de que trata esta Lei será reajustada no mesmo percentual e nas mesmas datas em que forem reajustados os cargos de provimento em comissão.

**Art. 12.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a editar os regulamentos necessários à execução desta Lei.

**Art. 13.** Ficam extintas ao vagar as funções gratificadas previstas nos artigos 15 a 17 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970, bem como as gratificações de chefia, previstas no artigo 5º, do Decreto nº 2.260, de 27 de abril de 1993, ao deixarem de ser percebidas pelos atuais beneficiários.

**Art. 14.** Às disposições desta Lei serão implementadas se comprovada a disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento de forma conjunta de todas as suas disposições, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 15.** Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 27 de setembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**ANEXO I – RELAÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM  
COMISSÃO EXTINTOS**

<b>SIMBOLO</b>	<b>TOTAL</b>
1-C	280
2-C	185
3-C	44
4-C	30
5-C	126
6-C	22
7-C	19
8-C	1
9-C	30
10-C	15
11-C	8
12-C	0
13-C	1
14-C	5
15-C	14
DAS-1	4
DAS-2	12
DAS-3	12
DAS-4	38
DAS-5	154
<b>TOTAL</b>	<b>1.000</b>



**PARANÁ**

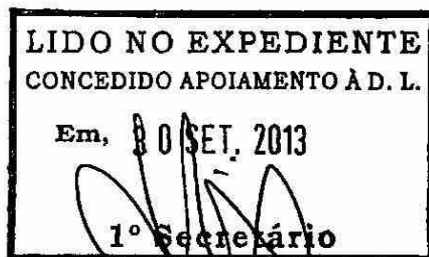
GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

**ANEXO II – FUNÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA**  
**TABELA DE REMUNERAÇÃO POR SÍMBOLO**

<b>SÍMBOLO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>
FG-1	7.725,00
FG-2	6.820,00
FG-3	6.365,00
FG-4	5.460,00
FG-5	5.004,00
FG-6	4.883,00
FG-7	4.409,00
FG-8	3.641,00
FG-9	3.349,00
FG-10	3.149,00
FG-11	2.715,00
FG-12	2.327,00
FG-13	1.984,00
FG-14	1.703,00
FG-15	1.595,00
FG-16	1.494,00
FG-17	1.401,00
FG-18	1.311,00
FG-19	1.228,00
FG-20	1.160,00
FG-21	1.097,00
FG-22	1.037,00
FG-23	1.012,00
FG-24	933,00





**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 30 de setembro de 2013  
OF CEE/G 159/13

I – À DAP para leitura no expediente.  
II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Senhor Presidente,

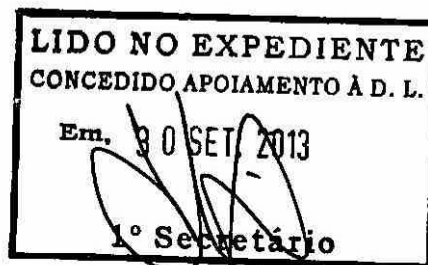
Com fulcro nas disposições contidas no art. 66, § 1.º da Constituição Estadual e no art. 198 do Regimento Interno dessa Casa de Leis, solicito regime de urgência para tramitação dos Anteprojeto de Lei encaminhados para apreciação, por meio das Mensagens Governamentais n.ºs 114, 115, 116 e 117, datadas do dia 27/09/2013.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente das Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

MENSAGEM

Nº 116/2013

Curitiba, em 27 de setembro de 2013.

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 30/09/2013

Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que dispõe sobre extinção de cargos de provimento em comissão e a instituição de Função de Gestão Pública – FG, a ser atribuída exclusivamente aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

A Constituição Estadual impõe ao Administrador Público, dentre outros princípios agir com eficiência e economicidade, demandando constante preocupação com a estrutura de cargos e de remuneração dos servidores públicos, visando uma melhor adequação aos valores constitucionais.

Sob o aspecto da eficiência, considera-se que há uma orientação expressa na Constituição do Estado direcionada ao fortalecimento da atuação dos servidores titulares de **cargos efetivos**, de modo a conferir maior estabilidade no exercício das atribuições públicas. Tal orientação é evidenciada especialmente na norma expressa pelo artigo 27, inciso V, que dispõe que “as funções de confiança exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento”.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot. 11.000.019-3



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Em que pese a relevância dos denominados cargos de provimento em comissão que possibilitam ao gestor público escolher a equipe técnica de sua confiança para implementar as políticas públicas integrantes de planos de governo, é fundamental que seja privilegiada a formação de um corpo técnico funcional permanente, constituído de servidores de carreira, objetivando o aumento da eficiência na Administração Pública Estadual.

É importante destacar alguns aspectos técnicos relevantes: a FG não poderá ser cumulada com a remuneração de cargo de provimento em comissão; com a gratificação por desempenho de atividade fazendária ou outras vantagens de mesma natureza; não será incorporada à remuneração do servidor; não integrará proventos de aposentadoria e nem servirá de base de cálculo para outras vantagens.

Ademais, a FG foi definida a partir de critérios e estudos técnicos que concluíram pela conveniência e oportunidade de edição de uma lei que prestigiasse as estruturas permanentes e efetivas do funcionalismo público, valorizando a profissionalização do serviço público.

Vale ressaltar que a proposta teve como diretriz a não geração de impacto financeiro em sua implantação. Haverá a extinção de cargos em comissão em atendimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, na medida em que reduzirá em 21,5% o número atual de cargos em comissão, demonstrando o comprometimento do Governo com a austeridade na gestão dos recursos públicos.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/2013**

Projeto de Lei nº. 460/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 116/13

**Súmula:** Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da função de gestão pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e das outras providências.

**EMENTA:** EXTINÇÃO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E INSTITUIÇÃO DA FUNÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65; 66 e 87 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ. CONSTITUCIONALIDADE. LEGALIDADE. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, através da mensagem nº 116/2013, tem por finalidade extinguir cargos de provimento em comissão e instituir a função de gestão pública – FG, para cargos de provimento efetivo.

VISTA EM 01/10/13

Toduverson Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba – Paraná

[Assinatura]

CCJ -



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no Art. 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Em consonância com o Regimento Interno desta Casa, a Constituição Estadual, em seu Art. 65, estabelece que:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Deste modo, resta-se evidenciada a capacidade de iniciativa do Governador para realizar a propositura do referido Projeto de Lei.

Além do mais, a Constituição do Estado aborda como **tema de competência privativa do Governador do Estado** leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração e, bem como, funcionamento da administração estadual:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**I - a criação de cargos, função ou empregos públicos na Administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;**

No mesmo sentido, o art. 87 da Constituição do Estado vem estabelecer:





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

(vide ADIN 979-6)

(...)

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei;

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém o poder de iniciativa e a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Com relação ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº. 101/00 observa-se da justificativa anexa ao presente Projeto, que não haverá acréscimos de despesa, eis que serão extintos 21,5% do número atual de cargos em comissão existentes no governo.

Por fim, no tocante à Lei Complementar Federal nº 95/98, o Projeto de Lei não apresenta nenhum óbice.

**CONCLUSÃO**

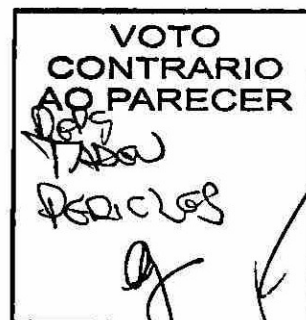
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de outubro de 2013.

APROVADO  
02.10.2013

DEP. CAITO QUINTANA  
Presidente

DEP. PEDRO LUPION  
Relator



Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/13**

**RELATÓRIO**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 116/13, que objetiva dispor sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, objetiva modernizar a gestão pública com a reunião de estruturas organizacionais de Secretarias afetas às áreas financeira e orçamentária.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta deriva de estudos sobre o planejamento institucional com a finalidade de transformação, fusão e extinção de órgãos da administração direta e de unidades administrativas, visando uma melhor otimização da máquina governamental.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

É importante destacar que o autor da matéria justifica que haverá a extinção de cargos em comissão, o que fatalmente reduzirá em 21,5% (vinte e um virgula cinco) por cento o número dos referidos cargos.

De igual modo, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, existe a Informação nº 590/2013, subscrita pela Senhora Elizabeth Cristina de Azevedo, Coordenadora da Coordenação de Orçamento e Programação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, esclarecendo que a matéria proposta não acarretará impacto orçamentário e financeiro.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 08/10/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO   
RELATOR

  
DEP. PÚB. IGSI

  
DEP. ACIDALI



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

*Diretoria Legislativa - Coordenadoria de Apoio às Comissões*

296

De: Diretoria Legislativa

Para: Comissão de Finanças

Conforme Questão de Ordem nº 5/2013, estamos restituindo o Projeto de Lei nº 460/2013, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 116/2013 a essa Comissão para o cumprimento dos requisitos regimentais.

Curitiba, 16 de outubro de 2013.

Maria Henrique de Paula  
Mat. 40.668

1. Ciente;
2. Retorne-se à Comissão de Finanças.

Lucília Felicidade Dias  
Diretora Legislativa



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
Diretoria de Assistência ao Plenário



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 OUT. 2013

1º Secretário

## COMUNICADO

COMUNICO AOS SENHORES DEPUTADOS QUE O PROJETO DE LEI Nº 460/2013 FOI RETIRADO DA ORDEM DO DIA EM RAZÃO DA QUESTÃO DE ORDEM APRESENTADA PELO DEPUTADO ENIO VERRI. INFORMO, AINDA, QUE SOLICITEI, ATRAVÉS DE OFÍCIO, A MANIFESTAÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS. TÃO LOGO RECEBA AS INFORMAÇÕES, DECIDIREI A QUESTÃO DE ORDEM.

SALA DAS SESSÕES, 16 DE OUTUBRO DE 2013.

**VALDIR ROSSONI**  
PRESIDENTE

Anote-se e archive-se

DL, 17/10/13



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa*



Curitiba, 16 de outubro de 2013.

Senhor Presidente:

Na Sessão Ordinária de quinze de outubro de 2013, o Deputado Enio Verri apresentou Questão de Ordem argumentando que não fora convocado, bem como o respectivo suplente, para a reunião da Comissão de Finanças que apreciou o Projeto de Lei nº 460/2013, de autoria do Poder Executivo, o que tornaria nula referida reunião e, conseqüentemente, a primeira discussão da matéria em Plenário.

Isto posto, na forma do art. 20, inciso XXVII, do Regimento Interno, solicito a manifestação de V. Exa. sobre a existência de comprovação da mencionada convocação.

Sendo o que tenho para a oportunidade, firmo o presente atenciosamente.

  
Deputado VALDIR ROSSONI  
PRESIDENTE

Exmo. Sr.  
Deputado JONAS GUIMARÃES  
Presidente da Comissão de Finanças  
NESTA CASA

*Recebido C.F.*  
*Em 16/10/13*  
*W.*



**SESSÃO ORDINÁRIA Questão de Ordem Ênio Verri 15.10.2013**

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** O projeto tem parecer favorável da CCJ, Comissão de Finanças, e Comissão de Indústria e Comércio. Em discussão. Em votação. Votando. Vamos concluir. Encerrada: 42 votos.  
**Aprovado.**

Item 14 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 398. Autoria Poder Executivo. "Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Nova Aliança do Ivaí." Tendo parecer favorável das Comissões. Em votação. Vamos concluir. Encerrada: 44 votos.

Item 15 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 460. Autoria Poder Executivo. "Dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em Comissão e a instituição da função de gestão pública (FG), a ser atribuída exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo." Tem parecer da CCJ, favorável, e Comissão de Finanças.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** "Questão de ordem", Sr. Presidente

**DEPUTADO RASCA RODRIGUES (PV):** Para discutir, Sr. Presidente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** "Questão de ordem", Deputado Enio Verri.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Baseado nos arts. 42, 46 e 47, Sr. Presidente, do Regimento, trata do seguinte...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Nem vou buscar os artigos, porque sei que V. Exa. tem conhecimento.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, tratam-se, esses três artigos - sou titular da Comissão de Finanças e tenho como suplente o Deputado Professor Lemos - a reunião da Comissão de Finanças, que aprovou esse projeto, ela não foi convocada respeitando o Regimento, na medida em que nem eu, nem meu suplente, fomos convocados, e segundo o Regimento, tem que ser convocado oficialmente, com alguma antecedência. Dessa maneira,



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Revisão



como não fui convocado, a reunião foi no dia 8 de outubro, estavam presentes nessa reunião - tenho aqui os nomes - os Deputados: Jonas, Quinteiro, Pugliesi, Elio e Aciolli. Como eu não fui convidado oficialmente, de acordo com o Regimento, peço que seja nula a reunião da Comissão de Finanças, que seja chamada cumprindo o Regimento.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Peço a V. Exa. que coloque essa "*questão de ordem*". Tenho aqui em minhas mãos o parecer da Comissão de Finanças, assinado pelo Presidente Jonas Guimarães e pelo Relator, e de mais três Deputados, dia 8.10.13.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sim. Exatamente.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Não posso colocar em dúvida. Caso V. Exa. coloque em dúvida, faz uma "*questão de ordem*", vamos reunir a Comissão.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** De maneira nenhuma, Sr. Presidente, estou colocando em dúvida a assinatura dos Deputados, e muito menos de que houve ou não a reunião. Estou dizendo que não foi cumprido o Regimento, na medida em que eu não fui convidado para essa reunião, como de praxe. Quero dizer, inclusive, com todo respeito, ao Sr. Presidente Jonas Guimarães, que é a primeira vez que isso não ocorreu; eu participo de todas as reuniões da Comissão de Finanças, e quando, uma vez ou outra, eu não posso, meu suplente está presente. Então, dizer o seguinte: o que não foi cumprido no artigo é a exigência da convocação.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Olha, Deputado, V. Exa...

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, e me desculpe...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** V. Exa. deve questionar o Presidente da Comissão. Eu...

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sr. Presidente, o senhor me desculpe, quem sou eu para...

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** O parecer está regular. Eu não tenho o que decidir.



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Revisão



**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Segundo o Regimento, me desculpe a insistência, quando se levanta uma “*questão de ordem*”, cabe ao Presidente tomar essa decisão. Estou fazendo uma afirmação e volto a insistir: é simples.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Mas veja, V. Exa. poderia ter recorrido da decisão em três dias. Faz sete dias que teve o parecer da Comissão, mas não quero entrar nessa questão; vou oficiar o Presidente da Comissão para que ele dê as devidas explicações. Não cabe a este Presidente dar explicações.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Não, não. De maneira nenhuma.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Até porque não sei.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Não, não Presidente, desculpe, talvez este Deputado não tenha sido claro. Longe de mim pedir explicações ao Presidente da Assembleia.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Ao Presidente da..

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** O que cabe a este que vos pede, que retire. Tendo em vista que estou dizendo que não fui convidado, salvo que o Presidente da Comissão confirme que eu fui, e que por algum motivo eu não recebi esse convite, que V. Exa. retire de pauta e que seja chamada uma nova reunião. É só isso que eu peço, a não ser que seja provado que houve algum engano e a minha assessoria não me convidou, que tenho certeza que isso não ocorreu.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** A Ata da Comissão é publicada no Diário Oficial. V. Exa. tem todo direito de entrar com recurso na Comissão; não tenho o que decidir, porque a assinatura tem fé pública. Tenho aqui o parecer.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** O senhor me desculpe pela insistência, não estou questionando o direito dos nobres Deputados de opinarem na Comissão de Finanças, não tenho esse direito. Também não estou questionando se estiveram ou não. Também não cabe a mim, tem fé pública, V. Exa. tem razão.



Só estou dizendo que, para ter uma reunião da Comissão de Finanças, tem que haver convocação. Como não fui convocado basta, nesse caso, se a Comissão de Finanças provar que fui convocado, elimina-se a minha “*questão de ordem*”. Caso não seja confirmado isso, tem que ser feito uma reunião da Finanças, devidamente convocados todos os membros, para que seja colocado em votação. É só isso, de maneira nenhuma questiono o direito dos nobres Parlamentares de votarem o que quiserem.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Deputado Enio, passo a decidir.

**DEPUTADO ENIO VERRI (PT):** Sim.

**SR. PRESIDENTE (Deputado Valdir Rossoni - PSDB):** Vou encaminhar a sua “*questão de ordem*” ao Presidente da Comissão, para que ele se manifeste até que o projeto venha em 2ª discussão. Ele está em 1ª, estamos discutindo a sua constitucionalidade e vou dar o prazo para que o Presidente se manifeste até o projeto vir em 2ª discussão. Agradeço a V. Exa. Para encaminhar, Deputado Tadeu Veneri, e convido o Vice-Presidente Artagão para assumir a Presidência. Tenho um compromisso.

**DEPUTADO TADEU VENERI (PT):** Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nós, desde o início, temos dito que o Projeto de Lei nº 460/13, na verdade, não passa de um grande golpe de marketing. Um projeto que extingue 1 mil cargos com a pretensão nominal de fazer uma economia de R\$48 milhões, mas um projeto que extingue 1 mil cargos que não são preenchidos. Portanto, não há que se falar em economia daquilo que não é gasto. Falar na economia de R\$48 milhões quando, na realidade, segundo o Líder do Governo, porque não temos esses dados, apenas 600 dos 1 mil cargos estão preenchidos, não é falar em economia de R\$48 milhões. Nesses 15 dias, Deputado Enio, ainda com estas considerações que V. Exa. acabou de fazer aqui também, a impressão que nos dá é que o Governador Carlos Alberto foi induzido a erro e, num golpe de mídia, seus assessores e Secretários resolveram fazer uma mágica contábil. Quando o governo atingiu o





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Revisão*



limite determinado por lei, pela Lei nº 101 que estabelece que, a partir dali não é possível nenhuma contratação, ao contrário, é necessário que se faça no mínimo 20% de corte nos comissionados, o que o governo faz. Isso, depois, justamente por coincidência não tão coincidente assim, justamente no dia em que veio aqui o ex-Secretário Hauly. Lembramos que foi após a fala do ex-Secretário Hauly admitindo que, pelo terceiro quadrimestre consecutivo, o governo já estava em uma situação que não lhe permitia fazer contratações, o governo mandou o projeto para cá. A lei diz que deveria cortar 20%. O governo anunciou no sábado, o Governador anunciou no sábado, esteve aqui durante a semana o Secretário Hauly - na quarta-feira - no sábado o Governador anunciou na Rede de Televisão



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Curitiba, 16 de outubro de 2013.

Exmo. Sr. Presidente Deputado Valdir Rossoni.

Consoante o solicitado por Vossa Excelência, em razão da questão de ordem apresentada pelo Deputado Enio Verri, esta Comissão Permanente de Finanças tem a esclarecer o seguinte:

O Projeto de Lei nº 460/13, de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº116/13, que dispõe sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências. **EM REGIME DE URGÊNCIA, por solicitação do Senhor Governador.**

Designei como Relator da matéria o Deputado Wilson Quinteiro. Como de praxe determinei também, a elaboração de parecer prévio e o consequente envio ao Relator na data de 08/10/13 (terça-feira).

Ressalto que, esta Comissão Permanente adotou o costume de fazer a convocação dos membros de maneira verbal em Sessão Plenária, em razão da celeridade processual.

Desta forma, convoquei no dia 08/10/13, os membros da Comissão, para a realização da 9ª Reunião Extraordinária, na Sala de Reuniões do Plenário. No momento da convocação estavam presentes na Sessão, os Deputados Wilson Quinteiro, Elio Rusch, Waldyr Pugliesi e Roberto Aciolli. Ausentes os Deputados: Enio Verri e seu Suplente Prof. Lemos; e Francisco Buhner e seu Suplente Evandro Júnior. Tendo como pauta os itens: 01) Projeto de Lei nº 458/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 114/13; 02) Projeto de Lei nº 459/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 115/13; e, **03) Projeto de Lei nº 460/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 116/13.**

Importante salientar também que, no dia 09/10/13, esta Comissão realizou a 16ª Reunião Ordinária, na Sala de Reuniões do Plenário, e da mesma forma, convoquei os membros da Comissão que naquele momento estavam presentes na Sessão, os Deputados: Enio Verri, Elio Rusch e Waldyr Pugliesi. Ausentes os Deputados: Francisco Buhner e seu Suplente,





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



Wilson Quinteiro e seu Suplente e Roberto Aciolli e seu Suplente. Tendo como pauta os itens: 01) Projeto de Lei nº 480/13 – Poder Executivo – Mensagem nº 118/13; e, 02) Projeto de Lei nº 383/13 – Poder executivo – Mensagem nº 084/13.

Limitado ao exposto, atenciosamente.

  
**DEPUTADO JONAS GUIMARÃES**  
**PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS**

Excelentíssimo Senhor  
**Deputado VALDIR ROSSONI**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 460/13**

**RELATÓRIO**

O presente Plano de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 116/13, que objetiva dispor sobre a extinção de cargos de provimento em comissão, e a instituição da Função de Gestão Pública – FG, a serem atribuídas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo e dá outras providências.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Pedro Lupion, que exarou o devido parecer favorável, em virtude de sua constitucionalidade e legalidade, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, objetiva modernizar a gestão pública com a reunião de estruturas organizacionais de Secretarias afetas às áreas financeira e orçamentária.

Vale ressaltar que a proposta em epígrafe, encontra amparo legal nos arts. 65, 66 e 87da Constituição Estadual.

Conforme constata-se na justificativa do autor, a proposta deriva de estudos sobre o planejamento institucional com a finalidade de transformação, fusão e extinção de órgãos da administração direta e de unidades administrativas, visando uma melhor otimização da máquina governamental.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



É importante destacar que o autor da matéria justifica que haverá a extinção de cargos em comissão, o que fatalmente reduzirá em 21,5% (vinte e um virgula cinco) por cento o número dos referidos cargos.

De igual modo, em relação a Lei Complementar Federal nº 101/00, existe a Informação nº 590/2013, subscrita pela Senhora Elizabeth Cristina de Azevedo, Coordenadora da Coordenação de Orçamento e Programação da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, esclarecendo que a matéria proposta não acarretará impacto orçamentário e financeiro.

**CONCLUSÃO**

Isto posto, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.


Sala das Comissões,

21/10/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO WILSON QUINTEIRO  
RELATOR

  
Ass. Elio

  
Ass. AS

  
Vitor  
contrário



## COMUNICADO

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.


Em, 21 OUT. 2013

1º Secretário

DIANTE DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 5/2013, FORMULADA PELO DEPUTADO ENIO VERRI, INFORMO AOS SENHORES DEPUTADOS QUE MEDIANTE A INFORMAÇÃO PRESTADA PELO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE FINANÇAS E EM CONFORMIDADE COM § 5º DO ARTIGO 123 DO REGIMENTO INTERNO, DETERMINO QUE O PROJETO DE LEI Nº 460/2013 RETORNE À COMISSÃO DE FINANÇAS PARA CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS REGIMENTAIS.

SALA DAS SESSÕES, 17 DE OUTUBRO DE 2013.

  
**VALDIR ROSSONI**  
PRESIDENTE

  
CONFERE COM O ORIGINAL



**ANTEPROJETO DE LEI Nº 383/13**

**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Súmula:** Autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

## **TÍTULO I DA CARACTERIZAÇÃO**

**Art. 1º** Fica autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

**§ 1º** O exercício financeiro da E-Paraná Comunicação coincide com o ano civil.

**§ 2º** A E-Paraná Comunicação reger-se-á por essa Lei e por seu Estatuto.

**Art. 2º** A E-Paraná Comunicação, como Serviço Social Autônomo, vincular-se-á por cooperação à Secretaria de Estado da Comunicação Social, a cujo órgão caberá o controle de suas atividades fins, bem como a supervisão do contrato de gestão.

## **TÍTULO II DOS OBJETIVOS E DA ORGANIZAÇÃO**

### **CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS**

**Art. 3º** A entidade visa atender o interesse público, prover a comunidade com a criação, produção e distribuição de material audiovisual com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

**Art. 4º** São objetivos da E-Paraná Comunicação:

I - criar, produzir e distribuir material audiovisual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias da *internet*;

II - criar e produzir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;

III - prestar serviços de produção de conteúdo e de imagens;

IV - desempenhar outras atividades compatíveis com a sua finalidade.



## **CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 5º** A E-Paraná Comunicação terá a seguinte estrutura organizacional:

- I - Conselho de Administração;
- II – Conselho Fiscal; e
- III - Diretoria Executiva.

### **SEÇÃO I DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 6º** O Conselho de Administração, de caráter normativo, deliberativo, consultivo e de controle, é composto por sete membros, não remunerados, nomeados pelo Governador do Estado, conforme a seguir:

- I – o Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação;
- II – um representante da Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS;
- III - um representante da Secretaria de Estado da Educação – SEED;
- IV – um representante da Secretaria de Estado da Cultura – SEEC;
- V- um representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI;
- VI – um representante do Sindicato da Indústria Audiovisual do Paraná – SIAPAR;
- VII – um representante do Fórum das Entidades Culturais Curitiba.

**§ 1º** Os membros que compõem o Conselho de Administração poderão ser substituídos nas suas faltas e impedimentos por suplentes indicados pelos titulares das respectivas entidades ou órgãos representados nesse Conselho.

**§ 2º** O Conselho de Administração terá como Presidente o Diretor Presidente da E-Paraná Comunicação, a quem caberá o exercício do voto de qualidade.

**Art. 7º** Compete ao Conselho de Administração, o exercício das seguintes atribuições:

- a) aprovar o Estatuto da E-Paraná Comunicação, que será submetido à homologação do Governador do Estado;
- b) aprovar o seu Regimento Interno;
- c) estabelecer diretrizes, políticas e metas e apreciar sua execução;
- d) analisar e aprovar o plano de trabalho apresentado pela Diretoria Executiva;
- e) aprovar o orçamento econômico e financeiro;
- f) aprovar Planos de Cargos e Salários;
- g) aprovar o Regulamento de Compras e Serviços; e
- h) deliberar sobre casos omissos nesta Lei e no Estatuto.



## SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

**Art. 8º** A Diretoria Executiva é constituída por um Diretor Presidente e dois Diretores Auxiliares, de livre nomeação e exoneração pelo Governador do Estado, sob a indicação do Conselho de Administração.

**Art. 9º** O detalhamento das atribuições e das competências específicas e do funcionamento da Diretoria Executiva será estabelecido no Estatuto da entidade.

## SEÇÃO III DO CONSELHO FISCAL

**Art. 10.** O Conselho Fiscal será composto por três membros titulares e três membros suplentes, não remunerados, todos com formação de nível superior, qualificação contábil ou econômica e experiência na área ou em outra área afim, assim indicados :

- I – um efetivo e um suplente pelo Governador do Estado;
- II – um efetivo e um suplente pelo Conselho de Administração da entidade;
- III – um efetivo e um suplente pelo Conselho Regional de Contabilidade.

**Art. 11.** Ao Conselho Fiscal compete:

- I - emitir parecer sobre os balancetes mensais, o Balanço e as Contas Anuais da Instituição, assim como sobre os demais documentos contábeis e financeiros, encaminhando-os ao Conselho de Administração para deliberação;
- II - opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente da E-Paraná Comunicação;
- III - comunicar ao Conselho de Administração os fatos relevantes que apurar no exercício de suas atribuições.

**Parágrafo único.** No desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal poderá examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, indicar, justificadamente, a contratação de perito independente.

## TÍTULO III Do Contrato de Gestão

**Art. 12.** O Serviço Social Autônomo E-Paraná Comunicação, criado por esta Lei, fica autorizado a celebrar contrato de gestão com a Administração Pública do Estado do Paraná.

**TÍTULO IV  
DO REGIME JURÍDICO DOS EMPREGADOS**



**Art. 13.** A E-Paraná Comunicação contará com um plano próprio de cargos e salários, devendo as relações com seus empregados serem regidas pelo Regime da Legislação Trabalhista, de que trata a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, contratados mediante teste seletivo.

**TÍTULO V  
DO PATRIMÔNIO E DAS RECEITAS**

**Art. 14.** Constituem receitas da E-Paraná Comunicação:

- I - recursos provenientes da venda de seus produtos e da prestação de serviços;
- II - rendimentos provenientes da aplicação dos recursos da E-Paraná Comunicação no mercado financeiro e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- III - aporte de recursos municipais, estaduais e federais de qualquer natureza, atendida a legislação vigente;
- IV - empréstimos, doações, legados, auxílios, contribuições e outras de entidades públicas ou particulares e de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais;
- V - recursos provenientes de acordos, convênios, ajustes ou contratos celebrados com pessoas de direito público ou privado; e
- VI - outras rendas eventuais e outros recursos que venham a lhe ser destinados.

**Art. 15.** A E-Paraná Comunicação poderá receber transferências voluntárias, recursos de fundos especiais de pesquisa e tecnologia, de bolsas de pesquisa e de outros repasses de verbas públicas para a consecução de seus objetivos.

**Art. 16.** A E-Paraná Comunicação poderá receber doações de bens móveis e imóveis e firmar convênios, acordos, contratos de gestão com outros Países, com a União, Estados e Municípios, seus órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta.

**Art. 17.** Ocorrendo a dissolução da entidade seus bens móveis e imóveis serão transferidos ao patrimônio do Estado e seus recursos ao Tesouro do Estado do Paraná.

**TÍTULO VI  
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 18.** Os recursos públicos geridos pela E-Paraná Comunicação e a execução do Contrato de Gestão estarão sujeitos ao controle externo do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Estado, sem prejuízo, no que couber, do contido no Art. 71 da Constituição Federal e no Art. 75 da Constituição do Estado do Paraná.



**TÍTULO VII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**Art. 19.** A E-Paraná Comunicação será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado mediante a abertura de Créditos Adicionais até o limite de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), servindo como recurso qualquer das formas previstas no § 1º do Artigo 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

**Parágrafo único.** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os Créditos Adicionais de que trata este artigo.

**Art. 20.** A E-Paraná Comunicação poderá estabelecer parcerias, consórcios, convênios, contratos, acordos e ajustes com pessoas naturais e empresárias, nacionais e internacionais, com a finalidade de realizar seus objetivos.

**Art. 21.** A E-Paraná Comunicação destinará a totalidade de seus resultados líquidos apurados contabilmente para o desenvolvimento dos seus objetivos e atividades, sendo vedada a distribuição ou rateio de dividendos entre seus empregados e membros da Diretoria.

**Art. 22.** O Poder Executivo fica autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de até cento e oitenta dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 23.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 26 de agosto de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

MENSAGEM

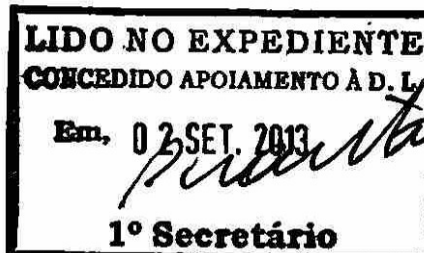
Nº084 /2013

Curitiba, 26 de agosto de 2013.



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar a instituição, conforme especifica, da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdos e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

Estamos diante da oportunidade real de estabelecer um divisor de águas na história do Sistema de Comunicação do Estado e modernizar o modo de operação da RTVE.

A atual gestão pode, efetivamente, inaugurar um novo tempo para esta organização e fixar um marco exemplar para as atividades de rádio e televisão pública do Brasil.

Para tanto, proponho, através da presente medida, a criação do ente social autônomo denominado E-Paraná Comunicação, com os seguinte objetivos:

1. criar, produzir e distribuir material audiovisual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias da internet;
2. criar e produzir programação informativa, educativa, artística, cultural, científica, de cidadania e de recreação;
3. prestar serviços de produção de conteúdo e de imagens;
4. desempenhar outras atividades compatíveis com a sua finalidade.

A E-Paraná Comunicação vincular-se-á, por cooperação, à Secretaria de Estado da Comunicação Social – SECS e destinar-se-á a suprir a carência da RTVE na área de criação e produção.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.079.349-7

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 28/08/2013.

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO

Gabinete do Governador

Referido ente será remunerado, principalmente, pela venda de seus produtos e pela prestação de seus serviços.

Com esse formato flexível, auto-renovável, adaptável às mudanças do dinâmico ambiente da comunicação, a E-Paraná Comunicação reunirá todas as condições para alcançar seus grandes objetivos e realizar plenamente a sua missão.

Diante do exposto é que apresento o anexo Anteprojeto de Lei para apreciação dessa Casa de Leis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/2013

Projeto de Lei nº. 383/13

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 084/2013

**Súmula:** Mensagem Nº 084/2013 – Autorizada a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

**EMENTA:** AUTORIZAÇÃO INSTITUIÇÃO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PARA ATIVIDADE ESTATAL. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 65, 66, IV E 87, VI DA CE. ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

### RELATÓRIO

O projeto em pauta trata de instituição de Empresa denominada E-Paraná Comunicação, a fim de que se alcance objetivamente a produção e distribuição de material áudio visual e noticioso, com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, para veículos de comunicação tradicionais e novas mídias de internet.

VISTA EM

Pericles Mello

Gondim  
CCJ



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Também, objetiva a criação e produção de programas informativos, educativos, artísticos, culturais, científicos, de cidadania e recreação.

A E-Paraná, será vinculada, por cooperação à Secretaria de Estado e Comunicação Social – SECS suprimindo a carência da RTVE na área de produção e criação.

Ao analisar o conteúdo do Projeto em questão, não se observou qualquer tipo de inconstitucionalidade ou ilegalidade que possivelmente inviabilizaria o seu prosseguimento.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

“Art. 33 - A – Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores. “



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*



Sobre a iniciativa de projetos de lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

"Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. "

Ainda, em matéria de iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

"Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição."





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

## CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
  
  
  
  
  
  
APROVADO

14/09/13



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura**  
**Comissão de Finanças**



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/13**

**RELATÓRIO**

O presente Projeto de Lei em análise é oriundo do Poder Executivo – Mensagem nº 084/13, que autoriza a instituição denominada E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de desenvolver atividades dirigidas à produção de conteúdo e imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública.

Procedida a análise feita pela Comissão de Constituição e Justiça, com a relatoria do Nobre Deputado Fernando Scanavaca, que exarou o devido parecer favorável.

**FUNDAMENTAÇÃO**

A Diretoria Legislativa enviou o Projeto de Lei em tela a esta Comissão Permanente de Finanças, para análise, o que passará a fazer.

Procedida a análise da Proposição, sob a mira desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações determinadas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos que a medida proposta, encontra amparo legal quanto a sua iniciativa, nos arts. 65, 66 e 87 da Constituição Estadual.

Vale observar que a proposta em epígrafe não fere a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Insta observar ainda que, o autor da proposta em seu art. 19, esclarece que a E-Paraná Comunicação será constituída com recursos do Tesouro Geral do Estado, e para tanto será aberto crédito adicional até



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
3ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

o limite de R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em observância ao que dispõe a Lei Orçamentária Anual nº 4320, de 17 de março de 1964.

**CONCLUSÃO**

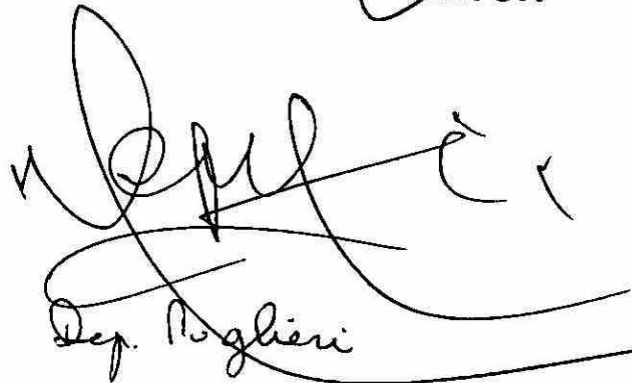
Diante do acima explicitado, não encontramos nada que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa Legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

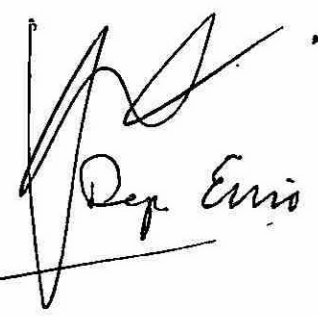
É o parecer.

Sala das Comissões, 09/10/13

  
DEPUTADO JONAS GUIMARÃES  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ELIO RUSCH  
RELATOR

  
Dep. Roglieri

  
Dep. Enio



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 383/2013**

**Projeto de Lei nº 383/2013**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 084/2013**

**Súmula:** Autoriza a instituição da E-Paraná Comunicação, conforme especifica.

**I – PREÂMBULO**

O presente **Projeto de Lei 383/2013**, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 084/2013, objetiva autorizar a instituição da E-Paraná Comunicação, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, organização sem fins lucrativos, de interesse coletivo, vinculada à Secretaria de Estado da Comunicação Social, conforme especifica. Sua finalidade apresenta em foco, uma fundamentação voltada para o desenvolvimento de atividades dirigidas à produção de conteúdos, imagens e a prestação de serviços de produção e distribuição de material audiovisual com as finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, e prazo de duração indeterminado.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 383/2013**, na qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que a instituição da E-Paraná Comunicação, como pessoa jurídica, de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, tem por objetivo principal o trabalho pela transparência e a unificação de informações em relação ao processo de comunicação no Estado. A E-Paraná Comunicação tem em seus objetivos principais o atendimento à comunidade por meio da criação, produção e distribuição de material audiovisual, objetivando finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas, informativas e de utilidade pública, o que traz sem dúvida a comunicação de informações de forma mais centralizada, precisa e transparente.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no **Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.**

Cabe salientar que a constitucionalidade desta matéria já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça ao se basear na competência exalada pelo Poder Executivo para apresentar esta proposição. Seu mérito, já recebeu também parecer favorável da Comissão de Finanças desta Casa de Leis, que em uma análise abrangente se referiu aos recursos utilizados para a implantação e manutenção da E-Paraná Comunicação. Sua proposta de parecer observou em epígrafe o não ferimento da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assentindo-se os pontos favoráveis da matéria.

Cabe a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, analisar o mérito desta Proposição em relação direta ao processo de Comunicação e ao interesse público nele apresentado. A E-Paraná Comunicação oferece um método dinâmico e flexível em seu funcionamento, o que propicia um modo mais ágil em relação ao processo de informação atual. Sua independência como pessoa jurídica, sob a modalidade de serviço social autônomo, permite com que seu funcionamento torne-se extremamente adaptável às mudanças necessárias e sua vinculação junto à Secretaria de Estado da Comunicação Social, faz com que suas atividades sejam supervisionadas, objetivando assim uma qualidade maior em relação ao seu trabalho.

Este processo vem de encontro à Lei da Transparência, estabelecendo informações cada vez mais seguras e precisas à população, além de cobrir uma carência efetiva apontada pela RTVE, para a necessidade de criação e produção, ainda servirá como um marco histórico no processo de comunicação do Estado. Os trabalhos ao serem centralizados e geridos por uma entidade supervisionada pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, trarão uma abrangência maior à comunicação, com a agilidade necessária para acompanhar as mudanças exigidas por esta nova era.

Vale a pena citar o trabalho relativo da União e os Estados para trabalhar a comunicação, a ordem, o avanço e transparência nas ações como um processo necessário de informação, conforme cita o Artigo 206 da Constituição Estadual, em que se refere ao estímulo para um processo de informação seguro, mas agregado diretamente aos princípios da





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Bührer; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Constituição Federal, ou seja, sem sombra de dúvidas, um processo comunicacional que acaba sendo de comum interesse de todos.

Art. 206. O Estado, dando prioridade à cultura regional, estimulará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, as quais não sofrerão restrição, observados os princípios da Constituição Federal.

*(Artigo 206º -Capítulo IV Da Comunicação Social –  
Constituição do Estado do Paraná – grifo nosso)*

Desta forma, ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição ao vir de encontro ao interesse público voltado ao repasse amplo de informações de qualidade, aliando-se à real necessidade da instituição da E-Paraná Comunicação como pessoa jurídica, sob a modalidade de serviço social autônomo, a ser direcionada para atender estes parâmetros. O **Projeto de Lei 383/2013** em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um peso indiscutível no mérito analisado por esta comissão, evidenciada pelo Poder Executivo através da Mensagem 084/2013 que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, ao citar a modernização de um processo comunicacional como um fator primordial para a sua implantação. Um trabalho de readaptações necessárias que atenderão sem sombra de dúvidas um interesse público voltado diretamente para a necessidade da busca contínua pela informação.

### III – CONCLUSÕES

Ao analisarmos o seu mérito proposto a esta Comissão, verificamos que este processo faz referência à implantação da Lei de Informação, momento este em que a sociedade passou a ter o acesso à informação de forma direta, cada vez mais precisa e abrangente, necessitando se adequar continuamente em busca da qualidade da comunicação necessária.

Conforme citou-se, a Carta Magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente os direitos humanos e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 383/2013**,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Deputado Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



ao tratar do acesso direto à informação, depara-se com um mérito de resgate ético, profissional e de necessidade de adaptações de forma transparente, única e exclusivamente em benefícios de todos.

Assim, a instituição da E-Paraná Comunicação, reúne as condições necessárias em relação ao mérito analisado nesta Comissão, para alcançar os objetivos almejados pela Comunicação no Estado do Paraná, reunindo as condições necessárias para ser apoiado por esta Comissão.

#### IV – VOTO DO RELATOR

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à matéria, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, na ocasião em parecer apresentado pelo Deputado Fernando Scanavaca, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado, em razão de seus benefícios trazidos ao processo de Comunicação no Estado, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.

Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 383/2013, em sua forma apresentada.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.  
Sala das Comissões em 16 de outubro de 2013.*

*Jonas Guimarães*  
*Francisco Buhner*  
**FRANCISCO BUHRER**  
Presidente da Comissão  
*Elton Welter*  
*Abstencão ao parecer*  
*Tercílio Turini*  
**TERCÍLIO TURINI**  
Relator

*Teruo Kato*  
*Edson Praczyk*



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
LIDERANÇA DO GOVERNO



## REQUERIMENTO



Requer "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 383/13, de autoria do Poder Executivo.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa, requer, após ouvido o Douto Plenário, "*Regime de Urgência*" para a tramitação e votação do Projeto de Lei 383/13, oriundo da Mensagem Governamental nº 084/13.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2013.

  
Deputado **Ademar Traiano**

14:57 14/10/2013 008763 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Anote-se e encaminhe-se  
Para Providências  
DL, 15/10/13





**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

~~ANEXO~~ PROJETO DE LEI 450/13

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 16.995, de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Clevelândia.

***A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná***

***decretou e eu sanciono a seguinte lei:***

**Art. 1º** Os artigos 2º e 3º da Lei nº 16.995, de 05 de dezembro de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade, será usado exclusivamente para melhoria da infraestrutura na área de saúde, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** O Município terá o prazo de cinco anos para conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mesmo retornará ao patrimônio do Estado.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governo, em 24 de setembro de 2013.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.

Em, 3/09/2013

Presidente



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador



**MENSAGEM**

Nº 113/2013

Curitiba, 24 de setembro de 2013.

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO D. L.  
Em, 25 SET. 2013  
1º Secretário

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, Anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 16.995, de 05 de dezembro de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Clevelândia, para construção de Centro Odontológico.

A presente proposta atende plenamente ao interesse público, eis que, com a ampliação da utilização do referido imóvel, será possível a viabilização da implantação de outros projetos na área de saúde além daquele previsto na referida Lei.

Importante mencionar que nos artigos cuja nova redação é proposta constam dispositivos expressos no sentido de que o imóvel em referência ficará gravado com as cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade e imprescritibilidade e que o Município terá o prazo de cinco anos para efetuar a regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o mencionado bem retornará ao patrimônio do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**

Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot. 12.065.610-4

**Lei 16995 - 05 de Dezembro de 2011**

Publicado no Diário Oficial nº. 8603 de 5 de Dezembro de 2011

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, ao Município de Clevelândia, do imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Clevelândia, de terreno de 600m², situado no quadro urbano da cidade Clevelândia, confrontando ao Norte com terrenos de Dery F. Gabriel; ao Sul com a Rua 28 de Julho; ao Oeste com a Rua Liberdade e ao Leste com o Campo de Aviação, matriculado sob nº 6460 do Registro de Imóveis da Comarca de Clevelândia.

**Art. 2º.** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para construir um Centro Odontológico, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3º.** O município terá o prazo de 02 (dois) anos para conclusão da obra e regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de dezembro de 2011.

*Carlos Alberto Richa*  
Governador do Estado

*Luiz Eduardo Da Veiga Sebastiani*  
Secretário de Estado da Administração e da Previdência

*Durval Amaral*  
Chefe da Casa Civil

---

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial do Estado*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



PARECER AO PROJETO DE LEI 450/2013

Projeto de Lei nº 450/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 113/2013

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 16.995, de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Clevelândia.

**EMENTA:** DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA. POSSIBILIDADE. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. CONSTITUCIONAL. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 113/2013, visa alterar os artigos 2º e 3º da Lei 16.995, de 2011, a fim de ampliar o rol de utilizações do imóvel doado, bem como conferir ao texto da Lei melhor técnica legislativa.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-Aº, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A. Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ademais, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o Projeto de Lei ora em tela, conforme aduz o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124.** A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 65.** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Ressalte-se que o projeto de lei está ainda em conformidade com o que estabelece o artigo 10 da Constituição Estadual:

**Art. 10.** Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Ademais o Art. 17, I, "b" da lei n. 8.666/93, preceitua:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

(...)

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f, h e i;

Vislumbra-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para propor o Projeto de Lei ora em tela.

Ademais, verifica-se presente da cláusula de inalienabilidade, possibilitando o retorno do mesmo ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa, conforme artigo 2º da referida Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE**, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 01 de OUTUBRO de 2013.

DEP. CAITO QUINTANA  
Presidente

DEP. PEDRO LUPION  
Relator

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná.

**APROVADO**

01/10/13



## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 450/2013

Projeto de Lei nº 450/2013

Autor: Poder Executivo – Mensagem 113/2013

**Súmula:** Dá nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 16.995 de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Clevelândia.

### I – PREÂMBULO

O presente **Projeto de Lei 450/2013**, de autoria do Poder Executivo, objetiva dar nova redação aos artigos 2º e 3º da Lei nº 16.995 de 2011, que autorizou o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel ao Município de Clevelândia, no Estado do Paraná. O objetivo desta proposição é apenas ampliar a possibilidade de utilização da área doada, já que a lei anterior limitava-se apenas à construção de um Centro Odontológico Municipal.

### II - RELATÓRIO

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no **Projeto de Lei nº 450/2013**, no qual passo a relatar:

No que tange a matéria apresentada, passo a analisar o seu mérito voltado ao interesse público meramente justificado, já que o projeto objetiva beneficiar a população do Município de Clevelândia, ampliando a utilização do espaço para um atendimento específico e prioritário na área da saúde. Com a alteração da Lei 16.995 de 05 de dezembro de 2011, o espaço poderá ser utilizado tanto para o Centro Odontológico Municipal, conforme já havia sido previsto na lei anterior, mas também para a implantação de outros projetos na área da saúde. Sem dúvida alguma, a população estará apenas se beneficiando com esse processo, com a possibilidade da utilização de um espaço de forma mais abrangente e eficaz. Lembrando que os investimentos desta natureza atendem diretamente ao interesse populacional, prezando por um fortalecimento regionalizado em busca da realização e





**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



ampliação de ações de melhoria da qualidade de vida da população, sem que para isso haja interrupção ou limitação de qualquer atividade já desenvolvida.

Cumpra a nós destacar que *"Compete à Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, manifestar-se sobre as proposições relativas a obras públicas, seu gozo, interrupção e alteração de empreendimentos públicos; concessão de serviços públicos; sobre trânsito e transporte; e, sobre comunicação em geral"*, nos termos do disposto no Art. 33 F, § 7º do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Ao analisarmos o mérito da matéria em questão, destacamos a importância desta proposição. O Projeto de Lei 450/2013 em análise nesta Comissão, no que justifica-se, apresenta um mérito indiscutível em seu peso, que vem de encontro ao interesse e a necessidade comum meramente justificada, conforme cita a Lei Estadual 15.608/07 no que diz respeito à alienação de bens da Administração Pública Estadual:

Art. 6º A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I Existência de interesse público devidamente justificado;  
(...)

(Artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07)

Vale a pena citar o trabalho relativo da União e os Estados pela busca da saúde e qualidade de vida populacional, conforme cita o Artigo 196º no que se refere aos aspectos prioritários de seguridade social.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

(Artigo 196º - Título VIII Da Ordem Social, Capítulo II Da Seguridade Social – Seção II Da Saúde; Constituição da República Federativa do Brasil)



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



Lembrando que a Lei anterior já protege este patrimônio público, que poderá retornar ao Estado em caso de destinação diversa, ficando claro que sua destinação será de uso exclusivo ao bem comum de forma específica e devidamente justificada.

### **III – CONCLUSÕES**

Baseando-se no artigo 12º da Constituição Estadual, no que se refere à Competência do Estado, concluo relevando o Parágrafo único neste embasamento, no que cita a relação do Estado com os Municípios em razão ao bem comum: *“A cooperação entre o Estado, a União e os Municípios será definida em lei complementar e visará ao equilíbrio do desenvolvimento e do bem estar no âmbito estadual e municipal”*. (Art. 12º, Parágrafo Único, Seção II da Competência do Estado - Constituição do Estado do Paraná).

A Carta magna dispõe em conjunto com a Constituição do Estado do Paraná ao tratar sua competência de forma a trabalhar claramente a qualidade de vida e a busca de mecanismos que beneficiem a população. Desta forma, o **Projeto de Lei 450/2013**, no que justifica-se, evidencia de forma clara o mérito proposto ao vir de encontro ao interesse de toda a população. Esta proposição altera dispositivos da Lei 16.995 de 05 de dezembro de 2011, delimitando com clareza um benefício mais abrangente para utilização da área doada, restando assim, grande favorecimento na composição desta matéria para ser aprovada por esta Comissão.

### **IV – VOTO DO RELATOR**

Diante das exposições realizadas neste parecer e pelos benefícios ora relacionados à proposição, não vislumbra-se qualquer impedimento no que se refere aos aspectos legais e constitucionais analisados pela CCJ, neste ato em relatoria pelo Deputado Pedro Lupion, nem mesmo quanto ao mérito honroso desta matéria em análise por esta Comissão, ficando evidente que tal proposição encontra fortes respaldos para ser aprovado em razão de seus benefícios ao município de Clevelândia, merecendo de forma indiscutível total apoio desta Comissão.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação**

Presidente: Deputado Francisco Buhner; Vice-Presidente: Deputado Tercílio Turini  
Deputado Adelino Ribeiro; Elton Welter; Deputado Jonas Guimarães;  
Deputado Pastor Edson Praczyk; Deputado Teruo Kato.



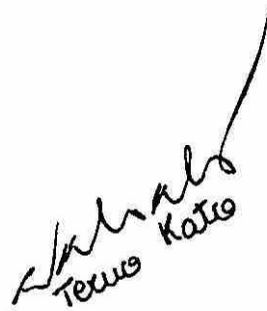
Sendo o posto e em virtude da manifestação positiva em seu mérito analisado, esta Comissão opta pelo Parecer Favorável ao referido Projeto de Lei 450/2013, em sua forma apresentada.

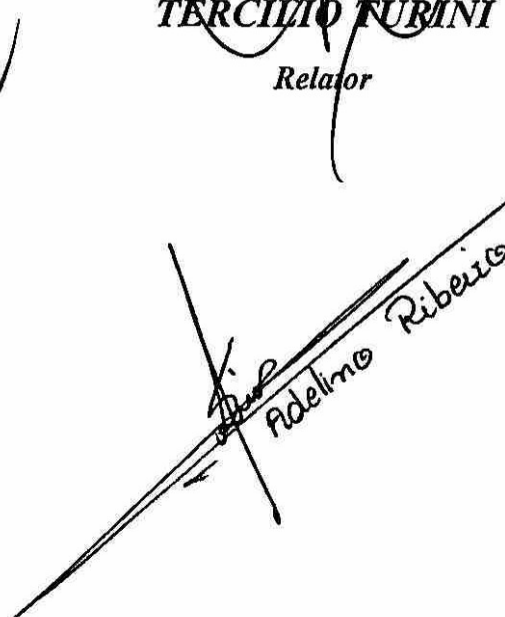
*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

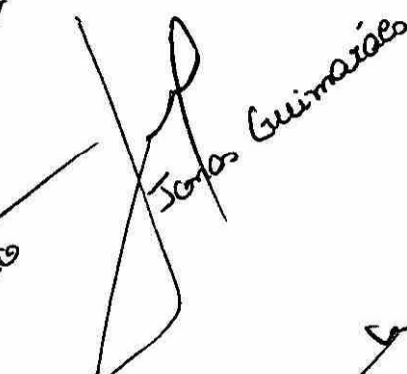
*Sala das Comissões em 08 de outubro de 2013.*


  
**FRANCISCO BUHRER**  
*Presidente da Comissão*

  
**TERCÍLIO TURINI**  
*Relator*

  
Teruo Kato

  
Adelino Ribeiro

  
Jonas Guimarães

  
Pastor Edson Praczyk



**PARANÁ**

GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D. L.

Em, 24 SET. 2013

1º Secretário

**VETO Nº 2013**  
**PARCIAL**

Senhor Presidente,

I – À DAP para leitura no expediente.

II – À DL para providências.

Em, 23/09/2013

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 199/2013-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, "vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 358/2013," por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos adiante expostos.

O Projeto de Lei nº 358/2013, de autoria do Poder Executivo, proposto através da Mensagem Governamental nº 078/2013 e aprovado por essa Casa de Leis com Emenda Substitutiva Geral, dispõe sobre as atividades de Despachante perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do inciso XVII do artigo 14.

Confira-se o texto do inciso XVII do art. 14 da Emenda Substitutiva Geral:

**"Art. 14. São deveres dos Despachantes de Trânsito:**

(...)

**XVII – estar regularmente filiado ao sindicato representativo da categoria.**

(...)"

Infere-se da previsão contida no inciso XVII a obrigatoriedade do Despachante ser filiado ao Sindicato representativo de sua categoria.

A não filiação do Despachante ao Sindicato de sua categoria, importa em infração disciplinar, o que permite a aplicação da pena de suspensão de até 90 dias, conforme previsão do inciso II do art. 19 do referido Substitutivo:

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL

AJB/Prot.º 10.693.989-6



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO  
Gabinete do Governador

**"Art. 19. Sujeitar-se-á à *pena de suspensão de até 90 dias*, o Despachante que:**

**I - .....**

**II – infringir o disposto nos incisos XII a XVII do art. 14."**

Em relação a essa situação, tem-se que a exigência do Despachante filiar-se, obrigatoriamente, a uma entidade sindical para não ter suspensão, por até 90 dias, o seu credenciamento, revela ofensa ao disposto no inciso V, do artigo 8º da Constituição da República. Confira-se a previsão constitucional:

**"Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:**

**(...)**

**V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;**

**(...)"**

Portanto, referido dispositivo do Projeto de Lei mereceu veto governamental, por ser contrário à Constituição da República.

Enfim, esses são os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**

Governador do Estado





# Lei nº. 17682



Data 20 de setembro de 2013.

Súmula "Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR.

## *A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

### **Capítulo I DOS DESPACHANTES**

**Art. 1º** As atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR, passam a ser regidas pelo disposto na presente Lei.

**Art. 2º** A atividade de Despachante de Trânsito constitui serviço autorizado pelo Poder Executivo Estadual, nos termos da lei, mediante ato do Diretor-Geral do DETRAN-PR, que atribuirá a condição, unicamente, à pessoa física.

**§ 1º** O Despachante credenciado pode exercer suas atividades através de firma individual ou organizando-se em sociedade integrada, exclusivamente, por mais de um despachante credenciado.

**§ 2º** O exercício da atividade, denominação e título de Despachante são privativos daqueles habilitados e devidamente credenciados pela autoridade competente, na forma da Lei.

**Art. 3º** O Despachante, independente de mandato, poderá exercer suas atribuições perante o DETRAN-PR, em nome de seus comitentes.

### **Capítulo II DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**Art. 4º** O credenciamento de Despachante será feito por ato do Diretor-Geral do DETRAN-PR, após habilitação em concurso de provas e títulos.

**Art. 5º** Em Municípios com frota de até dez mil veículos registrados serão credenciados, no máximo, dois Despachantes de Trânsito.

**§ 1º** Em municípios cujo número de veículos registrados seja superior a dez mil, será credenciado mais um Despachante para cada cinco mil veículos.

**§ 2º** No caso de vacância dos dois cargos de Despachante existentes em municípios com frota de até dez mil veículos, será chamado o classificado imediatamente posterior. Em caso de perda da validade do concurso público, e mediante prévia autorização governamental, pode o DETRAN-PR realizar novo concurso público para atender a demanda de determinado município.

**Art. 6º** Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I** - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II** - ser eleitor e estar quite com as obrigações eleitorais;
- III** - ter idade superior a dezoito anos;
- IV** - estar em dia com o serviço militar;
- V** - possuir certificado de conclusão do Ensino Médio;
- VI** - apresentar certidão negativa de antecedentes expedida pela Justiça Estadual Civil e Criminal, Justiça Federal e outros afins dos locais que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos cinco anos;
- VII** - apresentar certidão negativa expedida pelo Cartório de Protesto de Títulos dos lugares em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos cinco anos;
- VIII** - gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial;
- IX** - apresentar certidão negativa expedida pelo Cartório de Falências e Concordatas dos locais em que residiu ou manteve atividades econômicas nos últimos cinco anos;
- X** - apresentar fotocópias do cadastro de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda e da cédula de identidade;
- XI** - juntar duas fotos coloridas 3x4.

**Art. 7º** O concurso será de provas escritas e de títulos, conforme regulamento, obedecidos os seguintes requisitos:

- I** - as provas escritas versarão sobre:
  - a)** português;
  - b)** matemática;
  - c)** legislação de trânsito;
  - d)** legislação relativa ao IPVA;

Trânsito;

e) legislação relativa à organização da atividade dos Despachantes de

f) noções de direito administrativo e tramitação processual;

g) Teoria Geral do Estado.

II - a média mínima, calculada pela soma das notas das matérias, dividida pelo número de matérias, deverá ser de no mínimo sete, sendo que a nota mínima por matéria deverá ser de cinquenta por cento de acertos.

**Art. 8º** Os candidatos classificados no concurso, para as vagas existentes nos Municípios para os quais se inscreveram, deverão ser submetidos a um curso sobre as rotinas do DETRAN-PR e a legislação pertinente ao setor.

**Parágrafo único.** Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso, obtiverem aproveitamento no curso de oitenta por cento do conteúdo e frequência de cem por cento das aulas, salvo faltas justificadas por motivo de força maior.

**Art. 9º** Os candidatos classificados para as vagas previstas em edital, para obterem credenciamento, deverão, em quarenta e cinco dias da publicação do resultado, apresentar ao DETRAN-PR:

I - prova de estabelecimento sob qualquer das formas previstas no §1º do art. 2º desta Lei;

II - prova de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;

III - comprovante de inscrição na Previdência Social;

IV - alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal.

**Art. 10.** O Diretor-Geral do DETRAN-PR, cumpridas as exigências previstas neste Capítulo, expedirá documento credenciando o Despachante de Trânsito a iniciar suas atividades.

**§ 1º** A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através do credenciamento a título precário e personalíssimo.

**§ 2º** Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante o parentesco até terceiro grau, inclusive em linha de afinidade, com funcionário do DETRAN-PR, asseguradas as situações consolidadas.

**Art. 11.** Para garantir os atos praticados pelos Despachantes de Trânsito, será criado um selo que será apostado em todos os documentos emitidos por eles e que lastreará um seguro fiança, cujo valor será fixado anualmente pelo DETRAN-PR, sendo que a apólice será a ele apresentada, e será administrado pelo órgão de representação da categoria, sendo este fiador de cada Despachante de Trânsito perante o DETRAN-PR e usuários.

**Parágrafo único.** Os valores recolhidos a título de caução serão



devidamente devolvidos aos titulares de seus recolhimentos, titulares estes que não estejam sofrendo nenhum processo administrativo. Aos demais, somente serão devolvidos após o encerramento dos procedimentos.

### Capítulo III DA COMPETÊNCIA

#### Art. 12. São atribuições do Despachante de Trânsito:

I - representar os interesses de seus clientes em processos de registro, transferência, licenciamento e outros relativos a veículos automotores e reboques;

II - inspecionar regularidade e procedência do veículo, lacrar placas, vistoriar veículos automotores, reboques e similares, bem como todos os seus componentes, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados, responsabilidade esta garantida pelo instrumento estabelecido no *caput* do art. 11 desta Lei;

III - examinar, verificar a regularidade documental através da inspeção de procedência veicular nos processos em que haja necessidade de emissão de Certificado de Registro de Veículo e Certificado de Registro de Licenciamento Veicular anual e demais atos do inciso II deste artigo;

IV - identificar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi de veículos, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados;

V - verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência;

VI - encaminhar e acompanhar o andamento de processos que lhe forem confiados;

VII - requerer certidões para a instrução de processos;

VIII - pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos;

IX - credenciar dois prepostos para atuarem como auxiliares em suas atividades, limitadas estas às atividades de preposto previstas no art. 13 desta Lei;

X - exercer suas atividades no âmbito do Município para o qual foi credenciado, podendo atuar fora desta abrangência apenas em caso de desdobramento da representação que lhe for cometida;

XI - retirar do DETRAN-PR documentos de seus comitentes, mediante recibo.

**Parágrafo único.** O DETRAN-PR, respaldado pelo inciso X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - estabelece que, além dele, exclusivamente os Despachantes de Trânsito poderão realizar a vistoria de veículos em processos de regularização de documentos junto ao DETRAN/PR.

#### Capítulo IV DO PREPOSTO

**Art. 13.** Após noventa dias do credenciamento dos Despachantes de Trânsito, o DETRAN-PR fará o credenciamento de prepostos.

§ 1º Em caso de doença do Despachante será permitida sua licença, limitada a cento e vinte dias, mediante avaliação médica a ser regulamentada por portaria do DETRAN-PR que, em comum acordo com Sindicato da categoria, designará um Despachante da circunscrição da Ciretran a qual o licenciado estiver vinculado para responder pelos serviços do estabelecimento enquanto perdurar a licença.

§ 2º Para o credenciamento do preposto aplicar-se-á o disposto no art. 6º desta Lei.

§ 3º O preposto deverá ter idade superior a dezoito anos na data da indicação.

§ 4º Os prepostos funcionarão como auxiliares diretos do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo perante o DETRAN-PR, entregando e recebendo protocolos de processos.

§ 5º O credenciamento do preposto será expedido em caráter precário pelo Diretor-Geral do DETRAN-PR.

§ 6º Dispensado pelo Despachante de Trânsito, por motivos particulares, que não impliquem responsabilidade penal ou transgressão às normas constantes da presente Lei, o preposto poderá servir a outro Despachante de Trânsito, a pedido deste, respeitado o limite estabelecido no IX do art. 12 desta Lei.

§ 7º A alteração referida no parágrafo anterior será anotada nas fichas de assentamentos individuais respectivas, pela Divisão de Fiscalização do DETRAN-PR, expedindo-se novo cartão de identificação em favor do preposto, com o recolhimento do anterior para fins de arquivamento.

§ 8º Os atos praticados pelo preposto, no exercício de suas funções, inclusive aqueles que resultarem em danos pecuniários ao DETRAN-PR ou terceiros, serão da exclusiva responsabilidade do Despachante de Trânsito que o indicou.

§ 9º Fica proibida aos prepostos a realização de vistorias.

§ 10. Os prepostos deverão ser devidamente registrados em carteira de trabalho.

#### Capítulo V DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

**Art. 14.** São deveres dos Despachantes de Trânsito:

**I** - entrar no exercício de suas atividades em até trinta dias após o ato de credenciamento;

**II** - manter a atividade em caráter permanente sem interrupção, salvo força maior, devidamente autorizada pelo Diretor-Geral do DETRAN-PR;

**III** - tratar com urbanidade clientes e funcionários do DETRAN-PR;

**IV** - fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação no DETRAN-PR;

**V** - manter afixada em seu estabelecimento a tabela de valores dos serviços prestados, reajustada anualmente conforme índice do INPC ou outro índice que o substitua, tudo de acordo com definições e normatizações adotadas pelo DETRAN-PR;

**VI** - pugnar pelo fiel cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, respectivo regulamento, e demais disposições complementares;

**VII** - quando no exercício da função, portar, de modo visível, a credencial expedida pelo DETRAN-PR;

**VIII** - identificar-se através do nome, do endereço e do número da credencial em todos os atos e documentos encaminhados ao DETRAN-PR;

**IX** - fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do Despachante responsável;

**X** - fornecer aos comitentes recibos de importâncias e documentos que lhe forem confiados;

**XI** - manter fichário ou cadastro de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN-PR;

**XII** - prestar contas de suas atividades ao DETRAN-PR sempre que solicitado;

**XIII** - acatar os regulamentos e instruções determinados pelo DETRAN-PR;

**XIV** - comunicar ao DETRAN-PR, em vinte e quatro horas, a dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial;

**XV** - ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados e preposto, exceto quando a questão estiver sendo discutida em juízo;

**XVI** - renovar a credencial anualmente, obedecendo ao disposto nos incisos VI e VII, do art. 6º desta Lei;

**XVII** - ...Vetado....

**Art. 15.** É defeso ao Despachante de Trânsito:

I - delegar a outrem, mesmo através de mandato, quaisquer de suas atribuições definidas na presente Lei, ressalvada a nomeação de prepostos;

II - aceitar o patrocínio de interesses alheios às suas atribuições;

III - desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em Entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, salvo se licenciado;

IV - manter filiais de seu estabelecimento;

V - praticar, com ou sem intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu encargo, ou protelar-lhes o andamento;

VI - exercer a função com credencial vencida;

VII - exercer a função com credencial suspensa.

**Parágrafo único.** A responsabilidade administrativa não isenta o Despachante da cível e criminal cabíveis.

**Capítulo VI  
DOS DIREITOS**

**Art. 16.** São direitos dos Despachantes, enquanto no exercício de suas atividades:

I - exercer com liberdade suas prerrogativas;

II - exercer sua atividade na forma prevista no § 1º do art. 2º desta Lei;

III - O Despachante de Trânsito poderá desempenhar outras atividades privadas que não dependam de credenciamento ou concessão do Poder Público, concomitantemente com as de Despachante, desde que não no mesmo estabelecimento comercial e ainda sem qualquer descontinuidade dos serviços objeto do credenciamento;

IV - não ser punido sem prévio processo administrativo em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório;

V - representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos contra quem quer que lhe embarace ou obste;

VI - permutar em caráter definitivo com outro Despachante o município de atuação.

VII - O Despachante de Trânsito poderá licenciar-se de suas funções para exercer mandato eletivo, sem prejuízo do seu credenciamento;

VIII - O Despachante de Trânsito e seus prepostos poderão gozar férias anuais de trinta dias, nos termos da Lei, sempre em períodos diferenciados e alternados.

Quando do período de férias do Despachante, o DETRAN-PR, mediante requerimento com antecedência mínima de trinta dias, designará um Despachante da circunscrição da Ciretran a qual o Despachante em férias estiver vinculado, para responder pelos serviços do estabelecimento, enquanto perdurarem estas férias;

**IX - O DETRAN-PR disponibilizará modelos padronizados de fachadas do estabelecimento do Despachante de Trânsito, de uso obrigatório.**

### **Capítulo VII DAS PENALIDADES**

**Art. 17.** São penas aplicáveis aos Despachantes:

- I - advertência por escrito;
- II - suspensão;
- III - cassação de credencial.

**Art. 18.** A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir o disposto no art. 14, incisos I a XI e art. 15, incisos V e VI desta Lei.

**Art. 19.** Sujeitar-se-á à pena de suspensão de até noventa dias, o Despachante que:

- I - houver sofrido por mais de uma vez a pena de advertência;
- II - infringir o disposto nos incisos XII a XVII do art. 14, e incisos XII a XVII do art. 15, todos desta Lei.

§ 1º Durante o período de cumprimento da pena de suspensão não poderá o Despachante, ou seu preposto, exercer suas atividades perante o DETRAN-PR, sob pena de cassação da credencial.

§ 2º O DETRAN-PR designará um Despachante para, durante o período de suspensão, promover o andamento dos processos encaminhados ao Despachante suspenso.

**Art. 20.** A pena da cassação da credencial será aplicada nos casos de:

- I - prática, no exercício da atividade de Despachante, de ato definido como infração penal;
- II - condenação irrecorrível pela prática dos crimes previstos nos Títulos I, II, X e XI da Parte Especial do Código Penal;
- III - condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão igual ou superior a dois anos;
- IV - infração ao disposto nos incisos I, II, III, IV e VII do art. 15 desta Lei;
- V - infração ao disposto no § 1º do art. 19 desta Lei.



**Art. 21.** As penas de suspensão e cassação de credencial serão aplicadas após regular processo administrativo, com prazo de duração de até trinta dias contados da notificação prévia do Despachante, prorrogáveis por igual período.

**Parágrafo único.** Instaurado o processo administrativo e apresentada defesa prévia, o Despachante poderá ficar suspenso, preventivamente, por no máximo trinta dias, se demonstrada a existência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

**Art. 22.** Na aplicação das penas serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a imagem da Administração Pública e os prejuízos que causar à categoria dos Despachantes e aos seus comitentes.

**Art. 23.** Compete ao Diretor-Geral do DETRAN-PR a aplicação das penas disciplinares previstas na presente Lei.

**Art. 24.** As decisões do Diretor-Geral do DETRAN-PR, acerca dos processos disciplinares instaurados por aquele Órgão, deverão ser fundamentadas, sendo que ao Despachante de Trânsito será assegurado o direito de apresentar recurso em até quinze dias após a notificação, a ser apreciado em segunda instância pelo Secretário da pasta a qual o DETRAN-PR estiver vinculado no prazo máximo de trinta dias, período em que a suspensão imposta ficará sobrestada.

§ 1º O recurso pelo mesmo fundamento só será interposto uma única vez.

§ 2º O recurso da decisão que aplica a pena de cassação de credencial terá efeito devolutivo e excepcionalmente o efeito suspensivo.

§ 3º O efeito suspensivo ao recurso a que se refere o § 2º deste artigo será atribuído nas seguintes situações:

I - se demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação para o recorrente;

II - se o recurso não for julgado no prazo de trinta dias de sua interposição.

**Art. 25.** Da decisão que aplicar a pena de advertência, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do DETRAN-PR no prazo de dez dias.

§ 1º Durante o processo disciplinar, sempre se observando o contraditório e a ampla defesa, os dados pessoais do Despachante de Trânsito, assim como diligências e decisões não terminativas, ficarão sob sigilo.

§ 2º Uma vez instaurado o processo disciplinar, o Despachante de Trânsito terá até quinze dias para apresentar defesa prévia e oferecer rol de testemunhas e provas documentais, a partir da notificação pessoal das irregularidades apontadas.

## Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 26.** O Despachante de Trânsito poderá ser transferido de município, desde que haja permuta com outro Despachante.

**Art. 27.** Incorrerá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de Despachante de Trânsito.

**Art. 28.** Os Despachantes de Trânsito estão sujeitos à inspeção permanente de suas atividades através do setor competente do DETRAN-PR.

**Art. 29.** O Despachante de Trânsito que tiver a sua credencial cassada estará impedido de habilitar-se a novo credenciamento.

**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 31.** Ficam revogadas a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998 e a Lei nº 15.060, de 20 de abril de 2006.

Palácio do Governo, em 20 de setembro de 2013.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Cid Marcus Vasques  
Secretário de Estado da Segurança Pública

Cezar Silvestri  
Secretário de Estado de Governo

Reinhold Stephanes  
Chefe da Casa Civil



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



## **Projeto de Lei nº 358/2013** **(Autoria do Poder Executivo)**

Dispõe sobre as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

### **Capítulo I** **DOS DESPACHANTES**

**Art. 1º** As atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN-PR, passam a ser regidas pelo disposto na presente Lei.

**Art. 2º** A atividade de Despachante de Trânsito constitui serviço autorizado pelo Poder Executivo Estadual, nos termos da lei, mediante ato do Diretor-Geral do DETRAN-PR, que atribuirá a condição, unicamente, à pessoa física.

**§ 1º** O Despachante credenciado pode exercer suas atividades através de firma individual ou organizando-se em sociedade integrada, exclusivamente, por mais de um despachante credenciado.

**§ 2º** O exercício da atividade, denominação e título de Despachante são privativos daqueles habilitados e devidamente credenciados pela autoridade competente, na forma da Lei.

**Art. 3º** O Despachante, independente de mandato, poderá exercer suas atribuições perante o DETRAN-PR, em nome de seus comitentes.

### **Capítulo II** **DA HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO**

**Art. 4º** O credenciamento de Despachante será feito por ato do Diretor-Geral do DETRAN-PR, após habilitação em concurso de provas e títulos.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.2.

Pag.

63



**Art. 5º** Em Municípios com frota de até dez mil veículos registrados serão credenciados, no máximo, dois Despachantes de Trânsito.

§ 1º Em municípios cujo número de veículos registrados seja superior a dez mil, será credenciado mais um Despachante para cada cinco mil veículos.

§ 2º No caso de vacância dos dois cargos de Despachante existentes em municípios com frota de até dez mil veículos, será chamado o classificado imediatamente posterior. Em caso de perda da validade do concurso público, e mediante prévia autorização governamental, pode o DETRAN-PR realizar novo concurso público para atender a demanda de determinado município.

**Art. 6º** Para ser credenciado o candidato deverá comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ser eleitor e estar quite com as obrigações eleitorais;
- III - ter idade superior a dezoito anos;
- IV - estar em dia com o serviço militar;
- V - possuir certificado de conclusão do Ensino Médio;
- VI - apresentar certidão negativa de antecedentes expedida pela Justiça Estadual Civil e Criminal, Justiça Federal e outros afins dos locais que residiu ou exerceu atividade econômica nos últimos cinco anos;
- VII - apresentar certidão negativa expedida pelo Cartório de Protesto de Títulos dos lugares em que residiu ou manteve atividade econômica nos últimos cinco anos;
- VIII - gozar de boa saúde física e mental, comprovada através de laudo oficial;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.3.



**IX** - apresentar certidão negativa expedida pelo Cartório de Falências e Concordatas dos locais em que residiu ou manteve atividades econômicas nos últimos cinco anos;

**X** - apresentar fotocópias do cadastro de identificação da pessoa física expedido pelo Ministério da Fazenda e da cédula de identidade;

**XI** - juntar duas fotos coloridas 3x4.

**Art. 7º** O concurso será de provas escritas e de títulos, conforme regulamento, obedecidos os seguintes requisitos:

**I** - as provas escritas versarão sobre:

a) português;

b) matemática;

c) legislação de trânsito;

d) legislação relativa ao IPVA;

e) legislação relativa à organização da atividade dos Despachantes de

Trânsito;

f) noções de direito administrativo e tramitação processual;

g) Teoria Geral do Estado.

**II** - a média mínima, calculada pela soma das notas das matérias, dividida pelo número de matérias, deverá ser de no mínimo sete, sendo que a nota mínima por matéria deverá ser de cinquenta por cento de acertos.

**Art. 8º** Os candidatos classificados no concurso, para as vagas existentes nos Municípios para os quais se inscreveram, deverão ser submetidos a um curso sobre as rotinas do DETRAN-PR e a legislação pertinente ao setor.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.4.



**Parágrafo único.** Serão considerados habilitados os candidatos que, aprovados no concurso, obtiverem aproveitamento no curso de oitenta por cento do conteúdo e frequência de cem por cento das aulas, salvo faltas justificadas por motivo de força maior.

**Art. 9º** Os candidatos classificados para as vagas previstas em edital, para obterem credenciamento, deverão, em quarenta e cinco dias da publicação do resultado, apresentar ao DETRAN-PR:

I - prova de estabelecimento sob qualquer das formas previstas no §1º do art. 2º desta Lei;

II - prova de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;

III - comprovante de inscrição na Previdência Social;

IV - alvará de licença e localização expedido pela Prefeitura Municipal.

**Art. 10.** O Diretor-Geral do DETRAN-PR, cumpridas as exigências previstas neste Capítulo, expedirá documento credenciando o Despachante de Trânsito a iniciar suas atividades.

§ 1º A autorização para o exercício da atividade de Despachante de Trânsito será concedida através do credenciamento a título precário e personalíssimo.

§ 2º Constitui impedimento para o credenciamento de Despachante o parentesco até terceiro grau, inclusive em linha de afinidade, com funcionário do DETRAN-PR, asseguradas as situações consolidadas.

**Art. 11.** Para garantir os atos praticados pelos Despachantes de Trânsito, será criado um selo que será apostado em todos os documentos emitidos por eles e que lastreará um seguro fiança, cujo valor será fixado anualmente pelo DETRAN-PR, sendo que a apólice será a ele apresentada, e será administrado pelo órgão de representação da categoria, sendo este fiador de cada Despachante de Trânsito perante o DETRAN-PR e usuários.



**Parágrafo único.** Os valores recolhidos a título de caução serão devidamente devolvidos aos titulares de seus recolhimentos, titulares estes que não estejam sofrendo nenhum processo administrativo. Aos demais, somente serão devolvidos após o encerramento dos procedimentos.

### **Capítulo III DA COMPETÊNCIA**

**Art. 12.** São atribuições do Despachante de Trânsito:

**I** - representar os interesses de seus clientes em processos de registro, transferência, licenciamento e outros relativos a veículos automotores e reboques;

**II** - inspecionar regularidade e procedência do veículo, lacrar placas, vistoriar veículos automotores, reboques e similares, bem como todos os seus componentes, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados, responsabilidade esta garantida pelo instrumento estabelecido no *caput* do art. 11 desta Lei;

**III** - examinar, verificar a regularidade documental através da inspeção de procedência veicular nos processos em que haja necessidade de emissão de Certificado de Registro de Veículo e Certificado de Registro de Licenciamento Veicular anual e demais atos do inciso II deste artigo;

**IV** - identificar, retirar, carimbar e assinar decalques de chassi de veículos, assumindo total responsabilidade pelos atos praticados;

**V** - verificar a regularidade documental e a identificação de chassi do veículo a cada transferência;

**VI** - encaminhar e acompanhar o andamento de processos que lhe forem confiados;

**VII** - requerer certidões para a instrução de processos;

**VIII** - pagar, em nome de seus representados, impostos, taxas, multas e outros emolumentos;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.6.



**IX** - credenciar dois prepostos para atuarem como auxiliares em suas atividades, limitadas estas às atividades de preposto previstas no art. 13 desta Lei;

**X** - exercer suas atividades no âmbito do Município para o qual foi credenciado, podendo atuar fora desta abrangência apenas em caso de desdobramento da representação que lhe for cometida;

**XI** - retirar do DETRAN-PR documentos de seus comitentes, mediante recibo.

**Parágrafo único.** O DETRAN-PR, respaldado pelo inciso X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - estabelece que, além dele, exclusivamente os Despachantes de Trânsito poderão realizar a vistoria de veículos em processos de regularização de documentos junto ao DETRAN/PR.

## **Capítulo IV DO PREPOSTO**

**Art. 13.** Após noventa dias do credenciamento dos Despachantes de Trânsito, o DETRAN-PR fará o credenciamento de prepostos.

§ 1º Em caso de doença do Despachante será permitida sua licença, limitada a cento e vinte dias, mediante avaliação médica a ser regulamentada por portaria do DETRAN-PR que, em comum acordo com Sindicato da categoria, designará um Despachante da circunscrição da Ciretran a qual o licenciado estiver vinculado para responder pelos serviços do estabelecimento enquanto perdurar a licença.

§ 2º Para o credenciamento do preposto aplicar-se-á o disposto no art. 6º desta Lei.

§ 3º O preposto deverá ter idade superior a dezoito anos na data da indicação.

§ 4º Os prepostos funcionarão como auxiliares diretos do Despachante de Trânsito, podendo representá-lo perante o DETRAN-PR, entregando e recebendo protocolos de processos.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.7.



§ 5º O credenciamento do preposto será expedido em caráter precário pelo Diretor-Geral do DETRAN-PR.

§ 6º Dispensado pelo Despachante de Trânsito, por motivos particulares, que não impliquem responsabilidade penal ou transgressão às normas constantes da presente Lei, o preposto poderá servir a outro Despachante de Trânsito, a pedido deste, respeitado o limite estabelecido no IX do art. 12 desta Lei.

§ 7º A alteração referida no parágrafo anterior será anotada nas fichas de assentamentos individuais respectivas, pela Divisão de Fiscalização do DETRAN-PR, expedindo-se novo cartão de identificação em favor do preposto, com o recolhimento do anterior para fins de arquivamento.

§ 8º Os atos praticados pelo preposto, no exercício de suas funções, inclusive aqueles que resultarem em danos pecuniários ao DETRAN-PR ou terceiros, serão da exclusiva responsabilidade do Despachante de Trânsito que o indicou.

§ 9º Fica proibida aos prepostos a realização de vistorias.

§ 10. Os prepostos deverão ser devidamente registrados em carteira de trabalho.

## **Capítulo V DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES**

**Art. 14.** São deveres dos Despachantes de Trânsito:

I - entrar no exercício de suas atividades em até trinta dias após o ato de credenciamento;

II - manter a atividade em caráter permanente sem interrupção, salvo força maior, devidamente autorizada pelo Diretor-Geral do DETRAN-PR;

III - tratar com urbanidade clientes e funcionários do DETRAN-PR;





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.8.



**IV** - fornecer aos clientes a primeira via do protocolo que comprove a entrada da documentação no DETRAN-PR;

**V** - manter afixada em seu estabelecimento a tabela de valores dos serviços prestados, reajustada anualmente conforme índice do INPC ou outro índice que o substitua, tudo de acordo com definições e normatizações adotadas pelo DETRAN-PR;

**VI** - pugnar pelo fiel cumprimento do Código de Trânsito Brasileiro, respectivo regulamento, e demais disposições complementares;

**VII** - quando no exercício da função, portar, de modo visível, a credencial expedida pelo DETRAN-PR;

**VIII** - identificar-se através do nome, do endereço e do número da credencial em todos os atos e documentos encaminhados ao DETRAN-PR;

**IX** - fazer consignar nos impressos, processos de serviços, fachadas ou placas de identificação do estabelecimento e publicidade em geral a denominação do escritório, o nome e o número da credencial do Despachante responsável;

**X** - fornecer aos comitentes recibos de importâncias e documentos que lhe forem confiados;

**XI** - manter fichário ou cadastro de seus clientes, sujeito à fiscalização do DETRAN-PR;

**XII** - prestar contas de suas atividades ao DETRAN-PR sempre que solicitado;

**XIII** - acatar os regulamentos e instruções determinados pelo DETRAN-PR;

**XIV** - comunicar ao DETRAN-PR, em vinte e quatro horas, a dispensa do preposto, efetuando a devolução de sua credencial;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.9.



XV - ressarcir seus comitentes e o poder público por danos e prejuízos a que der causa, por ação ou omissão, inclusive por atos de seus empregados e preposto, exceto quando a questão estiver sendo discutida em juízo;

XVI - renovar a credencial anualmente, obedecendo ao disposto nos incisos VI e VII, do art. 6º desta Lei;

XVII - estar regularmente filiado ao sindicato representativo da categoria.

**Art. 15.** É defeso ao Despachante de Trânsito:

I - delegar a outrem, mesmo através de mandato, quaisquer de suas atribuições definidas na presente Lei, ressalvada a nomeação de prepostos;

II - aceitar o patrocínio de interesses alheios às suas atribuições;

III - desempenhar cargo, função ou emprego, ainda que não remunerado, em Entidade da Administração Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, salvo se licenciado;

IV - manter filiais de seu estabelecimento;

V - praticar, com ou sem intuito de lucro, atos desnecessários à solução de assuntos a seu encargo, ou protelar-lhes o andamento;

VI - exercer a função com credencial vencida;

VII - exercer a função com credencial suspensa.

**Parágrafo único.** A responsabilidade administrativa não isenta o Despachante da cível e criminal cabíveis.

## **Capítulo VI DOS DIREITOS**

**Art. 16.** São direitos dos Despachantes, enquanto no exercício de suas atividades:





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.10.



I - exercer com liberdade suas prerrogativas;

II - exercer sua atividade na forma prevista no § 1º do art. 2º desta Lei;

III - O Despachante de Trânsito poderá desempenhar outras atividades privadas que não dependam de credenciamento ou concessão do Poder Público, concomitantemente com as de Despachante, desde que não no mesmo estabelecimento comercial e ainda sem qualquer descontinuidade dos serviços objeto do credenciamento;

IV - não ser punido sem prévio processo administrativo em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório;

V - representar, perante as autoridades competentes, na defesa de suas atribuições, prerrogativas e direitos contra quem quer que lhe embarace ou obste;

VI - permutar em caráter definitivo com outro Despachante o município de atuação.

VII - O Despachante de Trânsito poderá licenciar-se de suas funções para exercer mandato eletivo, sem prejuízo do seu credenciamento;

VIII - O Despachante de Trânsito e seus prepostos poderão gozar férias anuais de trinta dias, nos termos da Lei, sempre em períodos diferenciados e alternados. Quando do período de férias do Despachante, o DETRAN-PR, mediante requerimento com antecedência mínima de trinta dias, designará um Despachante da circunscrição da Ciretran a qual o Despachante em férias estiver vinculado, para responder pelos serviços do estabelecimento, enquanto perdurarem estas férias;

IX - O DETRAN-PR disponibilizará modelos padronizados de fachadas do estabelecimento do Despachante de Trânsito, de uso obrigatório.



**Capítulo VII**  
**DAS PENALIDADES**

**Art. 17.** São penas aplicáveis aos Despachantes:

- I - advertência por escrito;
- II - suspensão;
- III - cassação de credencial.

**Art. 18.** A pena de advertência será aplicada ao Despachante quando infringir o disposto no art. 14, incisos I a XI e art. 15, incisos V e VI desta Lei.

**Art. 19.** Sujeitar-se-á à pena de suspensão de até noventa dias, o Despachante que:

- I - houver sofrido por mais de uma vez a pena de advertência;
- II - infringir o disposto nos incisos XII a XVII do art. 14, e incisos XII a XVII do art. 15, todos desta Lei.

§ 1º Durante o período de cumprimento da pena de suspensão não poderá o Despachante, ou seu preposto, exercer suas atividades perante o DETRAN-PR, sob pena de cassação da credencial.

§ 2º O DETRAN-PR designará um Despachante para, durante o período de suspensão, promover o andamento dos processos encaminhados ao Despachante suspenso.

**Art. 20.** A pena da cassação da credencial será aplicada nos casos de:

- I - prática, no exercício da atividade de Despachante, de ato definido como infração penal;
- II - condenação irrecorrível pela prática dos crimes previstos nos Títulos I, II, X e XI da Parte Especial do Código Penal;



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.12.



III - condenação irrecorrível, em qualquer caso, à pena de reclusão igual ou superior a dois anos;

IV - infração ao disposto nos incisos I, II, III, IV e VII do art. 15 desta Lei;

V - infração ao disposto no § 1º do art. 19 desta Lei.

Art. 21. As penas de suspensão e cassação de credencial serão aplicadas após regular processo administrativo, com prazo de duração de até trinta dias contados da notificação prévia do Despachante, prorrogáveis por igual período.

**Parágrafo único.** Instaurado o processo administrativo e apresentada defesa prévia, o Despachante poderá ficar suspenso, preventivamente, por no máximo trinta dias, se demonstrada a existência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 22. Na aplicação das penas serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos que dela provierem para a imagem da Administração Pública e os prejuízos que causar à categoria dos Despachantes e aos seus comitentes.

Art. 23. Compete ao Diretor-Geral do DETRAN-PR a aplicação das penas disciplinares previstas na presente Lei.

Art. 24. As decisões do Diretor-Geral do DETRAN-PR, acerca dos processos disciplinares instaurados por aquele Órgão, deverão ser fundamentadas, sendo que ao Despachante de Trânsito será assegurado o direito de apresentar recurso em até quinze dias após a notificação, a ser apreciado em segunda instância pelo Secretário da pasta a qual o DETRAN-PR estiver vinculado no prazo máximo de trinta dias, período em que a suspensão imposta ficará sobrestada.

§ 1º O recurso pelo mesmo fundamento só será interposto uma única vez.

§ 2º O recurso da decisão que aplica a pena de cassação de credencial terá efeito devolutivo e excepcionalmente o efeito suspensivo.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.13.



§ 3º O efeito suspensivo ao recurso a que se refere o § 2º deste artigo será atribuído nas seguintes situações:

I - se demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação para o recorrente;

II - se o recurso não for julgado no prazo de trinta dias de sua interposição.

**Art. 25.** Da decisão que aplicar a pena de advertência, caberá pedido de reconsideração ao Diretor-Geral do DETRAN-PR no prazo de dez dias.

§ 1º Durante o processo disciplinar, sempre se observando o contraditório e a ampla defesa, os dados pessoais do Despachante de Trânsito, assim como diligências e decisões não terminativas, ficarão sob sigilo.

§ 2º Uma vez instaurado o processo disciplinar, o Despachante de Trânsito terá até quinze dias para apresentar defesa prévia e oferecer rol de testemunhas e provas documentais, a partir da notificação pessoal das irregularidades apontadas.

## **Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 26.** O Despachante de Trânsito poderá ser transferido de município, desde que haja permuta com outro Despachante.

**Art. 27.** Incorrerá em responsabilidade o servidor público que permitir que pessoa não devidamente credenciada exerça a atividade privativa de Despachante de Trânsito.

**Art. 28.** Os Despachantes de Trânsito estão sujeitos à inspeção permanente de suas atividades através do setor competente do DETRAN-PR.

**Art. 29.** O Despachante de Trânsito que tiver a sua credencial cassada estará impedido de habilitar-se a novo credenciamento.



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.14.



**Art. 30.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 31.** Ficam revogadas a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998 e a Lei nº 15.060, de 20 de abril de 2006.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 11 de setembro de 2013.



Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente



Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO  
1º Secretário



Deputado ADEMIR BIER  
2º Secretário



# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.15.



## JUSTIFICATIVA

A proposta que ora se apresenta a essa Casa de Leis tem por objetivo evidenciar o papel do Despachante de Trânsito como auxiliar do Poder Executivo, interligando a população com o Governo do Estado.

Para Plácido e Silva, "*despachante deriva do verbo despachar (do italiano *dispacciare*, *desimpedir*), o qual possui significado de resolver, expedir, aviar, a pessoa que despacha... Despachante é também pessoa licenciada pela Administração Pública, para nela tratar dos interesses do administrado. Em sentido amplo, despachante é servidor público, sujeito a regras impostas pelas leis e pelo administrador; no sentido restrito, é particular no exercício de função pública, submetido ao regime ditado pela lei que institui a função*". (Vocabulário Jurídico – De Plácido e Silva – Editora Forense – 27ª. Edição, 2007, pág. 447).

Com efeito, o Despachante de Trânsito, no Estado do Paraná, é pessoa de trato cotidiano na sociedade, visto que presta os serviços de grande relevância e é uma das referências da comunidade sobre assuntos ligados à documentação de veículos.

Considerando a assertiva de que a figura do Despachante é por demais necessária para a comunidade, a presente medida visa evidenciar a função auxiliar do Despachante, tanto para o poder público, como também para a população, oportunizando a qualidade de vida do trabalhador, possibilitando que com a consignação do preposto, o Despachante possa tirar férias, além de instituir garantia plena à sua atividade, com um seguro compatível com o valor dos veículos na atualidade.

Em temas ligados a trânsito a administração pública muito avançou nos últimos tempos. Convive-se com a era da tecnologia da informação, tendo a população possibilidade de acessar as informações que necessita. Todavia, o Despachante de Trânsito é tido como *o longa manus* da administração quando o cidadão necessita de serviços e os encontra próximo de sua residência ou até mesmo sem que precise se deslocar para outros municípios, garantido, ainda, por um seguro condizente com o real valor vigente dos veículos.





# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Projeto de Lei nº 358/2013

fls.16.



Nos termos da Constituição da República do Brasil, o exercício do trabalho é livre, assim como do ofício e a profissão, desde que atendidas as qualificações que a lei estabelecer. Pois bem, para ser Despachante de Trânsito o cidadão deve preencher a qualificação posta da legislação e na proposta que ora apresento a essa Casa de Leis.

O *iter* para o cidadão pleitear a função de Despachante de Trânsito inicia-se com a aprovação em concurso público, cujo certame deve se dar primando pelo princípio da legalidade e da isonomia. Em seguida, a aprovação no certame, o cidadão aprovado, será credenciado pelo órgão de trânsito, nas condições que a lei lhe disser, legitimando o cidadão à prestação de serviços à comunidade. Como se percebe, o Despachante se submete às condições da administração pública para desempenhar suas funções, nos moldes do artigo 37 da Constituição Federal.

O Despachante, além de ser auxiliar do Poder Público e referência como prestador de serviços perante a comunidade, também gera empregos diretos, como é o caso do preposto, que tem seus direitos trabalhistas garantidos, nos termos da lei.

Saliente-se que a presente medida visa atender o anseio dos Despachantes de Trânsito, para que se autorize o aumento de prepostos credenciados, a formalização das férias, a regulamentação para licenciamento nos casos de eleição para mandato eletivo e o seguro do exercício da profissão.



**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 20/2013**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 20/2013**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO**

**SÚMULA:** Veta Parcialmente o Projeto de Lei nº 358/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de despachante de trânsito, perante o departamento de trânsito do Paraná- Detran – PR.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 358/2013, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de despachante de trânsito, perante o departamento de trânsito do Paraná- Detran- PR, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado, pelo uso das atribuições previstas no artigo 71, §1º da Constituição Estadual.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 358/2013 foi enviado à sanção e recebido pelo Poder Executivo em data de 13 de Setembro de 2013, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 20/2013, foi exarada em data de 20 de Setembro de 2013, sendo desta maneira tempestivo.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

## CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2013.

NELSON JUSTUS

Presidente

PR. EDSON PRACZYK

Relator

APROVADO

08/10/13